





José Paulo Netto¹

Desigualdade, pobreza e Serviço Social²

Resumo: No ambiente plural do Serviço Social latino-americano, o texto discute os dilemas da profissão comprometida com a igualdade, a partir do dramático quadro da questão social no Brasil e no conjunto da América Latina. Sendo este quadro, no capitalismo, indissociável da produção de riqueza e da produção reiterada da pobreza, o autor contesta a falsa tese que afirma ser o crescimento econômico a única condição para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo. Situa historicamente a excepcionalidade do *Welfare State* e o significado da ofensiva do capital nos países periféricos, provocando novas expressões da questão social – e não uma nova questão social – reveladoras de um verdadeiro desastre social. Em face da questão social maximizada, denuncia as ações minimalistas dirigidas à pobreza – emergenciais, focalizadas e reduzidas à dimensão assistencial – e apresenta cenários possíveis, afirmando ser ordem do capital o desafio central.

Palavras-Chaves: “questão social”; desigualdade e pobreza na América Latina; Serviço Social latino-americano; capitalismo nos países periféricos.

Abstract: In the plural environment of Latin American Social Service, the paper discuss profession's dilemma compromised with equality dealing with the dramatic scope of social question in Brazil in conjunction with the Latin America. As this matter being, in capitalism, in dissociable from welfare production reiterate from poverty, the author contests the false thesis which states economic growth as the unique condition to straight facing and fighting misery. It points out historically the exceptionality of Welfare State and the meaning of the capital offensive in periphery countries provoking new expressions of social questioning – and not a new social question – revealing a deep social disaster. Facing maximized social question, it denounces minimalist actions toward poverty – emergencies, focused and reduced to mere assistance acting – it shows possible alternatives, affirming capital order as the main stream challenge.

Key-words: “social question”; inequality and poverty in Latin America; Latin-American Social Service; periphery country's capitalism.

O tema desta 33^a Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social – *Crescimento e desigualdade. Cenários e desafios do Serviço Social no século XXI* – não poderia ser mais pertinente e sinto-me honrado pelo convite para dela participar, oferecendo aos colegas aqui reunidos um conjunto de reflexões que não pretendem ser mais que *hipóteses de trabalho*, subsídios para que enfrentemos os desafios que nos são postos como docentes, profissionais e cidadãos.

¹ Prof. titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Serviço Social.

² Este é o texto integral da conferência (intitulada originalmente “A ordem social contemporânea é o desafio central”) com que o autor abriu a 33^a Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social, realizada em Santiago (Chile) em 28-31/08/2006.

O tema é pertinente, porque a chamada *questão social*, espaço em que a desigualdade se expressa com evidência flagrante e do qual se irradiam as problemáticas centrais de que se ocupa o Serviço Social, apresenta-se exponenciada na entrada do século XXI. As palavras de um especialista, no apagar das luzes da última década, sinalizam adequadamente o quadro mundial de desigualdade em que nos movemos:

“Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58% dos habitantes da Terra, não chegam a 5% da renda total. Considerada, porém, a *população mundial em seu conjunto*, os números do *apartheid global* se estampam com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem apenas de 0,5% do rendimento mundial, enquanto os mais ricos, de 79%. Basta para isso pensar que um único banco de investimento, o Goldman Sachs, divide anualmente o lucro de US\$ 2,5 bilhões entre 161 pessoas, enquanto um país africano, como a Tanzânia, com um PIB de apenas US\$ 2,2 bilhões, tem de sustentar 25 milhões de habitantes. *A concentração [de riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial – cerca de 2,8 bilhões de pessoas.*” (MELLO, 1999, p. 260. Itálicos não constam do original.)

No desenvolvimento da minha exposição, abordarei com detalhes esse quadro de proporções absolutamente dramáticas, no qual três dimensões se destacam:

“o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e [...] dentro do mundo rico, entre os seus ricos e os seus pobres); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos” (HOBBSAWM in BLACKBURN, 1992, p. 104).

Mas, preliminarmente, cabe indicar a perspectiva profissional em que se insere a minha argumentação.

Um Serviço Social comprometido com a igualdade

Na atualidade, o universo do Serviço Social latino-americano (e certamente não apenas ele) envolve concepções profissionais muito distintas. Trata-se de um universo plural, em que se registram formas diferentes de conceber o Serviço Social, seus fundamentos, seus objetivos, suas funções e práticas etc.

Para muitos profissionais, nostálgicos de um idílico tempo de unanimidades amorfas, esta diferenciação factual constitui um problema; a meu juízo, ao contrário,

é índice das potencialidades do Serviço Social, demonstração inequívoca da sintonia da profissão com os conflitos, as tensões e as contradições que dinamizam as diversas sociedades latino-americanas. Evidentemente, *não considero que as várias vertentes profissionais que registramos entre nós tenham o mesmo valor e o mesmo significado social* – afinal, aqui coexistem configurações profissionais extremamente conservadoras (quando não reacionárias) e correntes marcadas por um esquerdismo romântico-utópico. Mas estou convencido de que esta diversidade, ademais de propiciar a riqueza que pode advir do embate de idéias, expressa, sobretudo, a diferencialidade dos projetos societários que, dando forma aos interesses contraditórios das classes sociais em presença, confrontam-se em nosso subcontinente.³

A instauração do pluralismo no universo profissional latino-americano tem muito a ver com o processo de renovação surgido há quarenta anos, ao qual, genericamente, designa-se *Movimento de Reconceituação do Serviço Social*.⁴ Heterogêneo e diferenciado, esse processo de renovação rompeu com o histórico *conservadorismo* do Serviço Social instaurado no subcontinente. Em suas várias correntes, a *Reconceituação* criticou a pseudoneutralidade político-ideológica do Serviço Social tradicional que tinha vigência entre nós, denunciou a debilidade teórica dos seus fundamentos e demonstrou a extrema limitação dos efeitos/impactos da sua intervenção.

Em meados dos anos 70, com a generalização de regimes ditatoriais no Cone Sul, aquele processo teve inviabilizado o seu desenvolvimento.⁵ Mas o seu legado não se perdeu: nos finais da década de 1970 e nos anos 80, a ação do *Centro Lati-no-Americano de Serviço Social* (CELATS)⁶ e o apoio da *Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social* (ALAETS) permitiram o resgate daquela preciosa herança que, na seqüência de análises e revisões, estimulou a consolidação de uma expressiva vertente crítica no universo profissional.⁷ Esta vertente crítica é hoje constitutiva do diversificado espectro do Serviço Social latino-americano, encontrando manifestações em praticamente todos os países do subcontinente.

No Brasil, desde a década, passada tal vertente consolidou a sua hegemonia no debate acadêmico, graças ao esforço de elaboração teórica de um largo elenco

³ Discuti a relação entre projetos societários e projetos profissionais no texto “La construcción del proyecto ético-político del Servicio Social frente a la crisis contemporánea”, in E. Borgianni, Y. Guerra e C. Montaña (orgs.). *Servicio Social Crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. São Paulo: Cortez, 2003.

⁴ É larga a bibliografia sobre o Movimento de Reconceituação. Um balanço recente do que ele foi encontra-se em N. Alayón (org.). *A 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

⁵ Analiso brevemente as condições do surgimento e da inviabilização do Movimento de Reconceituação no segundo capítulo do meu livro *Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.

⁶ Sobre o CELATS, entre outras fontes, pode-se recorrer a L. Lima, “Una parte de la historia del Trabajo Social”, in *Nuevos Cuadernos CELATS*. Lima, Celats, nº 2, 1979.

⁷ O papel do CELATS em face da Reconceituação – papel de resgate crítico – está evidenciado em vários números de sua revista *Acción Crítica* e, entre outros, no documento *Trabajo Social en América Latina. Balance y perspectivas*. Lima: Ediciones Celats, 1983.

⁸ Numa conferência como esta, é impossível sequer mencionar os principais protagonistas desta elaboração coletiva – mas cabe ressaltar que o marco inicial desta corrente teórica encontra-se na obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

de autores⁸ e aos estímulos oferecidos pela *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*.⁹ E não só: sua influência marcante se faz sentir no sistema institucional que fiscaliza o exercício profissional, organizado na articulação entre o *Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)* e os *Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)*¹⁰ – e o exercício profissional, regulado por Lei Federal, é parametrado por um *Código de Ética Profissional* de caráter imperativo.

O exame dos “princípios fundamentais” deste *Código de Ética Profissional*¹¹ deixa explícito que a concepção de Serviço Social nele sustentada tem um compromisso essencial e basilar: o *compromisso com a igualdade social* – entendida não como a equalização homogeneizadora dos indivíduos, mas como a *única condição capaz de propiciar a todos e a cada um dos indivíduos sociais os supostos para o seu livre desenvolvimento*. Na ótica desse Código, um tal desenvolvimento permite o florescimento das diferenças e das peculiaridades constitutivas da individualidade social, porque a igualdade opõe-se à *desigualdade*, nunca à *diferença*; de fato, à diferença o que se opõe é a *indiferença*. Precisamente para que os indivíduos sociais se desenvolvam explicitando as suas autênticas diferenças é que se torna imprescindível a igualdade social.

É no marco desse Serviço Social comprometido com a igualdade e legatário da Reconceituação que se inscreve a minha argumentação. Mas essa concepção de profissão não se funda apenas em motivações éticas: ela se legitima na exata medida em que se contrapõe frontalmente ao *reino das desigualdades*. É nele que vivemos, no Brasil e na América Latina.

A desigualdade no Brasil e na América Latina

Há poucos países, na América Latina e no mundo, que apresentam padrões de desigualdade social como os que se registram no Brasil – não foi por outra razão, aliás, que o maior historiador marxista vivo anotou que o meu país, “monumento de injustiça social”, é “candidato a campeão mundial de desigualdade

⁹ Criada ainda nos anos 40 do século passado, esta entidade – conhecida anteriormente sob a sigla ABESS – é uma associação civil que congrega unidades acadêmicas (públicas e privadas) que mantêm cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social. Constitui o principal fórum de debates sobre ensino e pesquisa do Serviço Social no país.

¹⁰ O sistema CFESS/CRESS é uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com ação caucionada pela legislação federal.

¹¹ Este Código, em vigor desde 1993, tem como “princípios fundamentais”: o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes (autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais); defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e aos serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios éticos deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. O texto completo do Código é acessível em *Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções*. Rio de Janeiro: CRESS/7ª. Região-RJ, 2005.

econômica”, uma vez que, segundo dados da entrada dos anos 90 do século passado, “os 20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda”.¹² O panorama da propriedade fundiária é emblemático dos suportes da desigualdade brasileira: há dez anos, e este quadro não mudou em nada, 75 propriedades rurais detinham 7,3% (24 milhões de hectares) das terras totais do país, enquanto 75% das propriedades rurais permaneciam com somente 11% das terras agricultáveis (NETTO, in LESBAUPIN (org.), op. cit., p. 76).

Dados de 1999 revelam que os 10% mais ricos se apropriam de 47,4% da renda nacional, cabendo aos 50% mais pobres apenas 12,6% dela – e, particularmente, que o 1% mais rico se apropria de mais que os 50% mais pobres (LESBAUPIN e MINEIRO, 2002, p. 55). Mais exatamente: o “1% mais rico do Brasil, pouco mais que 1,5 milhão de pessoas [...] controlam 17% da renda nacional e possuem 53% do estoque líquido de riqueza privada do país” (ESTENSSORO, 2003, p. 169).

No Brasil, “em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8. Ou seja: os mais ricos se apropriam de uma renda quase 66 vezes maior que os mais pobres” (M. Pochmann, A. Barbosa, A. Campos, R. Amorim e R. Aldrin (orgs.), 2004, p. 62).¹³ Estudos recentes mostram que apenas cinco mil famílias, num país de 180 milhões de habitantes, apropriam-se de um estoque de riqueza equivalente a 2/5 de todo o fluxo de renda gerado pela sociedade no período de um ano. Tais famílias embolsam o equivalente a 3% da renda nacional total, com o seu patrimônio representando cerca de 40% do PIB brasileiro¹⁴.

Mas a desigualdade – embora em nível diverso – não é apanágio brasileiro: marca o conjunto das principais sociedades latino-americanas. Afirmo um qualificado analista:

“[...]A América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda. Segundo o BID, 5% da população recebe 25% do total nacional. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Mais ainda, apesar de ter um PIB per capita intermediário, a América Latina apre-

¹² E. J. Hobsbawm, *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 397. Em 1999, escrevia um especialista, descrevendo um quadro que não sofreu modificações nos últimos sete anos e dando mais fundamento à anotação do historiador inglês: “Campeão mundial da desigualdade na distribuição da renda, o Brasil só tem como fortes adversários países como Serra Leoa, Paraguai e África do Sul. Serra Leoa e Brasil são os únicos países, no conjunto de 89 países com dados disponíveis, que têm um coeficiente de Gini [...] maior do que 0,6. [...] No entanto, se considerarmos a participação dos 10% mais ricos na renda, constatamos que a concentração é maior no Brasil [...] do que em Serra Leoa” (R. Gonçalves in I. Lesbaupin, org., *O desmonte da nação. Balanço do governo FHC*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 48). Recorremos que o “coeficiente de Gini”, indicador mais usado para aferir a desigualdade, varia de 0 (zero – perfeita distribuição de renda) a 1 (um – total concentração de renda).

¹³ M. Pochmann, A. Barbosa, A. Campos, R. Amorim e R. Aldrin (orgs.). *Atlas da exclusão social. Volume 4. A exclusão no mundo*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 62.

¹⁴ A. Campos, A. Barbosa, M. Pochmann, R. Amorim e R. Silva (orgs.), *Atlas da exclusão social. Volume 3. Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004, pp. 11 e 29. Alertam os autores para o fato de que “os ricos praticamente não pagam impostos [e] não compartilham os rendimentos de suas propriedades e ativos” (pp. 29-30) e constata, ao longo de sua pesquisa, que a brutal concentração da renda não é apenas social, mas ainda espacial, com o país apresentando escandalosos desequilíbrios regionais.

sentada a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos e a menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta” (ESTENSSORO, op. cit., p. 119).¹⁵

Na América Latina, a média do coeficiente de Gini é de 0,52, com um mínimo de 0,43 para o Uruguai e um máximo de 0,59 para o Brasil.¹⁶ Na entrada do século XXI, o quadro apresentado pelo subcontinente – ainda que variando de país a país, com uma situação menos desfavorável no Uruguai – era desolador: “os 10% mais ricos da América Latina recebem entre 30% e 40% da renda, chegando a quase 50% no caso brasileiro” (ESTENSSORO, op. cit., p. 124).

De fato, na entrada do século XXI, a América Latina permanece com as suas *veias abertas* (E. Galeano) – e é sobre a base desta realidade incontestável, da sua consideração teórico-analítica e de preocupações profissionais prático-interventivas que a concepção de um *Serviço Social comprometido com a igualdade* revela-se mais que uma petição de princípio ético, mais que uma aspiração subjetiva de um segmento do corpo profissional ou uma demanda político-ideológica de setores de esquerda: *ela se mostra como uma inarredável exigência cívica*.

Mas cumpre observar que *a desigualdade é fenômeno recorrente, embora com padrões bastante diferenciados, no conjunto das sociedades capitalistas*. Veja-se apenas um exemplo eloqüente, o da maior potência capitalista: nos Estados Unidos, o coeficiente de Gini, entre 1968 e 1994, aumentou em 22,4%; nesse período, a renda média do quintil populacional mais rico cresceu 44%, enquanto a renda média do quintil mais pobre cresceu apenas 8% (Id., *ibid.*, p. 82). Outro estudo, referente ao mesmo país, também mostra que, entre 1967 e 1998, o coeficiente de Gini subiu (de 0,399 para 0,456), com os 5% mais ricos aumentando sensivelmente a sua participação na renda nacional (de 17,5% para 21,4%) (Id., *ibid.*).

Mas tais processos de concentração da renda são fenômenos planetários: há dados que mostram que, em termos da *distribuição da renda mundial*, entre 1988 e 1993, a participação dos 10% mais pobres caiu de 0,9% para 0,8%, enquanto a dos 10% mais ricos subiu de 46,9% para 50,8% (Id., p. 86).

Pobreza e desigualdade

A esta altura da nossa argumentação, é preciso tangenciar uma problemática conexa à da desigualdade: a problemática da *pobreza*.

A mensuração da pobreza envolve questões de natureza teórico-política e de ordem técnico-instrumental. Os indicadores que podem ser construídos são sempre objeto de polêmica e costumam apresentar resultados muito diversos,¹⁷ servin-

¹⁵ A referência ao BID diz respeito ao informe *Progreso Económico y Social de América Latina*. Washington, BID, 1998.

¹⁶ Trata-se mesmo de média, que registra oscilações conjunturais; por exemplo, nos anos 90 (1990/1999), o coeficiente aumentou no Brasil (de 0,627 para 0,640) e, na Argentina (de 0,501 para 0,542), manteve-se praticamente estável no México (0,536/0,539) e caiu no Uruguai (de 0,492 para 0,440).

¹⁷ Cf. especialmente P. Salama e B. Destremau, *O tamanho da pobreza. Economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999 e, ainda, o Capítulo 1 de M. Pochmann *et alii* (orgs.), op. cit.

do mesmo como meios de *mistificação político-ideológica*, como é o caso do Banco Mundial (CHOS-SUDOWSKY, 1999, p. 35)

Quaisquer que sejam, porém, os indicadores utilizados, assinala-se a pobreza como constitutiva das sociedades latino-americanas. Se, em 1987, o Banco Mundial contava na América Latina setenta milhões de *pobres* e cinqüenta milhões de *indigentes* (CU-COLO, Folha Online, 18/01/2005). em 1996 o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD* estimava que, em meados dos anos 90 do século passado, na América Latina viviam 110 milhões de pessoas abaixo da *linha de pobreza* (dois dólares diários por pessoa), o que representava 24% da população do subcontinente (PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1997); números da *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe/CEPAL*, referentes a 2002, apontavam que 43% da população latino-americana constitui-se de pobres, fora os 18,6% de indigentes. Na última década, havia no subcontinente 42 milhões de adultos analfabetos, 55 milhões de pessoas sem acesso a serviços de saúde, 109 milhões sem serviços de água potável, cinco milhões de crianças com menos de cinco anos subnutridas e 36 milhões de pessoas sem esperança de viver mais de quarenta anos (ESTENSSORO, op. cit., p. 87); e dados colhidos em 2004 pela CEPAL indicavam que 44% da população do subcontinente residiam em favelas ou áreas com precária infra-estrutura (CUCOLO, Folha Online, 18/01/2005).

O cenário latino-americano inscreve-se num contexto mais amplo. Relatando, em 2001, a situação dos chamados “países em desenvolvimento”, o PNUD relacionava: 968 milhões de pessoas sem acesso a serviços de água potável, 2,4 bilhões sem acesso a saneamento básico, 854 milhões de adultos analfabetos, 325 milhões de crianças fora da escola, 163 milhões de crianças com menos de cinco anos subnutridas (PNUD, Human Development Report, 2001).

Mas já desde o terceiro terço do século XX a pobreza deixou de ser característica de grande visibilidade apenas nos “países subdesenvolvidos” e/ou “países em desenvolvimento”. A maior potência mundial, os Estados Unidos, através de uma agência oficial, o seu *Escritório do Censo*, em 1986 considerava que a pobreza atingia 18,2% de sua população e “uma estimativa oficial mais recente confirma um nível de pobreza da ordem de 20%” (CHOSSUDOYSKY, op. cit., p. 36) – não por acaso, aliás, o PNUD, em 2005, assinalava a enorme desigualdade existente nos Estados Unidos em relação ao acesso aos serviços de saúde e seus efeitos deletérios.¹⁸

Já mencionei que a mensuração da pobreza é problemática e, por isso mesmo, a adoção de indicadores de aplicação universal é sempre contestável. No entanto, mesmo mensurações bastante generosas, como as configuradas na noção de “pobreza relativa” – isto é: consideram-se pobres aqueles cuja renda é inferior à metade da renda média – apontam para estimativas surpreendentes para quem pensa a pobreza como algo pertinente apenas ao que no passado

¹⁸ PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2005. Para uma primeira aproximação às condições sociais norte-americanas contemporâneas, cf. J. Petras, *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, FURB, 1999, pp. 189-219.

recente se designou por “Terceiro Mundo”: com aquele critério, no fim dos anos 80 do século XX existiam 15% (ou seja: 50 milhões) de pobres entre a população da União Européia;¹⁹ e fontes oficiais da mesma União Européia indicavam que, em 1994, 11,8% das famílias viviam em situação de pobreza.²⁰ Enfim, trabalhando sobre dados oferecidos pelo PNUD em 1998, dois estudiosos observaram que os países da OCDE têm mais de CEM milhões de pessoas vivendo abaixo do patamar estabelecido na meia-mediana da renda individual média disponível (SALAMA e DESTREMAU, op. cit., pp. 93-94).

É desnecessário salientar que a caracterização da pobreza – e, do mesmo modo, a da desigualdade – *não se esgota ou reduz a seus aspectos sócioeconômicos*; ao contrário, trata-se, nos dois casos, de *problemáticas pluridimensionais*.²¹ Na análise de ambas, há que sempre ter presente tal pluridimensionalidade; todavia, *a condição elementar para explicá-las e compreendê-las consiste precisamente em partir do seu fundamento sócioeconômico*. Quando este fundamento é secundarizado (ou, no limite, ignorado, como na maioria das abordagens hoje em voga nas Ciências Sociais), o resultado é a *naturalização* ou a *culturalização* de ambas.

Nas sociedades em que vivemos – vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista –, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a *exploração*, de que decorrem a *desigualdade* e a *pobreza*. No entanto, os *padrões* de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato inconteste dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

Crescimento econômico, pobreza e desigualdade

A nomenclatura utilizada há pouco – modo de produção capitalista, formação econômico-social – nos remete a referências teóricas inteiramente distintas das que parametram a maioria dos estudos contemporâneos sobre desigualdade e pobreza, especialmente aqueles patrocinados por instituições ligadas à Organização das Nações Unidas (PNUD, CEPAL) e por agências ditas “multilaterais” (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional). Remete, com efeito, à tradição teórica fundada por Marx.

Na perspectiva dessa tradição, que reivindico explícita e frontalmente, *desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza*. Não cabe retomar, aqui, a proces-sualidade deste traço, que é próprio da dinâmica do desenvolvimento

¹⁹ T. Atkinson, “La pauvreté et l’exclusion sociale en Europe”. In Conseil d’Analyse Économique, *Pauvreté et ex-clusion*. Paris, La Documentation Française, 1998.

²⁰ Cf. Eurostat, *Task force meeting on social exclusion and poverty*. Doc. E2/TFSEP/1/98, Doc. E2/TFSEP/4/98 e Doc. E2/TFSEP/3/98. Luxembourg, Commission Européenne, 1998.

²¹ Cf. J.-P. Fitoussi e P. Rosanvallon. *Le nouvel âge des inégalités*. Paris: Seuil, 1996 (esp. II, 3) e P. Salama e B. Destremau, op. cit. (esp. capítulos 3 e 4).

²² Cf. K. Marx, *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Abril, vol. 1, tomo 2, 1984, cap. XXIII.

capitalista – e que encontra a sua fundamentação teórica nos desdobramentos da *lei geral da acumulação capitalista*.²²

O desenvolvimento plurissecular do “capitalismo real” (isto é, do capitalismo tal como ele se realiza efetivamente, e não como o representam seus ideólogos) é a demonstração cabal e irretorquível de que a produção capitalista é simultaneamente produção polarizadora de riqueza e de pobreza (absoluta e/ou relativa).²³ *Ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista – em qualquer quadrante e em qualquer período histórico – sem o fenômeno social da pobreza como contraparte necessária da riqueza socialmente produzida*.²⁴

Por isso mesmo, é falsa a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo que decorre da acumulação capitalista (e, na mesma medida, para reduzir desigualdades). Aqui, são incontáveis os exemplos histórico-concretos que infirmam essa tese – e são tantos que até mesmo os organismos internacionais, nos últimos anos, deixam de insistir nela, apesar de tão cara aos apologistas da ordem do capital.²⁵

Um primeiro exemplo é fornecido pelo desenvolvimento capitalista norte-americano no século XX: as condições de vida do proletariado dos Estados Unidos melhoraram sensivelmente entre 1890 e finais dos anos 70 do século XX; tomando-se o conjunto do período e o conjunto dos trabalhadores, não se registrou pauperização absoluta;²⁶ entretanto, sua pauperização relativa foi inconteste, com a sua parte na renda nacional caindo: em 1890, 56% da renda nacional lhe cabia; em 1923, sua participação desceu para 54% e, nos finais dos anos 60, baixou para cerca de 40%.²⁷

²³ A distinção entre pobreza (pauperização) absoluta e relativa, na tradição marxista, nada tem a ver com os indicadores geralmente utilizados para a mensuração da pobreza. De fato, os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de *pauperização* que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. Insista-se em que esta distinção, própria da tradição marxista, não pode ser confundida com a pobreza “absoluta” e a pobreza “relativa”, que expressam outros referenciais teóricos.

²⁴ Penso que é desnecessário recordar que a pobreza, na ordem do capital e ao contrário do que ocorria nas formações sociais precedentes, *não decorre* de uma penúria generalizada, mas, paradoxal e contraditoriamente, de uma contínua produção de riquezas. Em outra oportunidade, observei: “Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), [na sociedade burguesa ela se mostra] conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, [na sociedade burguesa a pobreza] se produz pelas mesmas condições que propiciam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão” (J. P. Netto, *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 153-154).

²⁵ Como observou Estenssoro (op. cit., p. 126), desde o seu *Relatório...* de 1996 o PNUD adverte que “não existe nenhuma regra automática entre crescimento e desenvolvimento humano. E, mesmo quando ligações são estabelecidas, podem ser gradualmente corroídas – a não ser que sejam fortalecidas regularmente através de uma gestão política inteligente”.

²⁶ Isto não significa absolutamente dizer que, nos Estados Unidos, a pobreza inexistisse. Apenas para lembrar um registro documental “clássico”, recorde-se M. Harrington, *The other América. Poverty in the United States*. New York: Penguin, 1981.

²⁷ Cf. P. Nikitin, *Economía política*. Moscú, Ed. Lenguas Extranjeras, s.d., pp. 95-96. Segundo o mesmo autor, na Inglaterra, a parte do trabalho na renda nacional caiu de 45%, em 1924, para 40%, em 1954; na França, caiu de 40%, em 1939, para 29%, em 1951.

Um segundo exemplo está configurado no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, entre 1930 e os finais da década de 70: o país se industrializou e se urbanizou, modernizou a sua agricultura e, em escala mundial, foi daqueles que apresentaram uma *performance* econômica extraordinária – ao longo de todos esses cinquenta anos, o PIB cresceu a uma média anual de 5,9% e a renda *per capita* foi multiplicada por 5. Mas o padrão de desigualdade não foi minimamente alterado, como constataram analistas cuidadosos: eles concluíram que tal crescimento “não demonstrou ser suficiente, por si só, para alterar o jogo redistributivo. Em síntese, o bolo da renda cresceu rapidamente, porém a sua repartição não se mostrou distinta do que já vinha ocorrendo anteriormente”(CAMPOS *et alii* (orgs.), op. cit., p. 37).

Numa sociedade capitalista (mais precisamente: numa formação econômico-social capitalista nacional), o crescimento econômico *pode* contribuir para a redução da pobreza (no sentido marxista de *pauperização absoluta*) dependendo,

“por um lado, [da] amplitude do crescimento e [da] sua duração e, por outro, [da] importância da pobreza, [da] distância entre linha de pobreza do rendimento médio dos pobres e distribuição da pobreza entre os pobres. Esta evolução pode ser contrariada ou ampliada através de três fatores suplementares: o crescimento não acarreta espontaneamente um crescimento homotético do conjunto dos rendimentos, uma política de redistribuição de renda pode ser implantada e as variações da taxa de inflação afetam, de maneira diferente, os grupos familiares” (SALAMA e DESTREMAU, op. cit., p. 41)

Vale dizer: se o ciclo de crescimento for *longo e expressivo*, se for acompanhado por uma política expressamente *redistributiva* e se se puder manter uma *inflação baixa*²⁸ – atendidas essas condições o crescimento pode, efetivamente, ter um efeito positivo na redução da pobreza. Na ausência desses requisitos, o crescimento não só não afeta os níveis de pobreza, como até mesmo “pode acarretar desigualdades crescentes” (SALAMA e DESTREMAU, op. cit., p. 41) – e exemplo disso foi o que se registrou no “milagre econômico” operado durante alguns anos no Brasil da ditadura implantada em 1964.

Em suma, sobre as relações entre *crescimento, pobreza e desigualdade*, pode-se afirmar com segurança que elas estão muito longe de ser causais e unívocas e, sobretudo, de justificar a tese segundo a qual somente o crescimento econômico pode permitir a redução da pobreza, ou seja a diminuição da desigualdade.

A excepcionalidade do Welfare State e o significado de sua desconstrução

Torna-se pertinente agora, antes de prosseguir, uma breve consideração acerca do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), visto que o experimento histórico nele plasmado tenha sido um capítulo da dinâmica capitalista em que o

²⁸ “As variações da taxa de inflação afetam de modo diferente os grupos familiares. Quando a taxa de inflação cresce, os grupos familiares mais pobres sofrem maior perda de poder aquisitivo; quando ela cai, são eles próprios que se beneficiam mais [...]” (P. Salama e B. Destremau, op cit., p. 41).

crescimento econômico esteve conectado à diminuição da pobreza absoluta e à redução de desigualdades.

De fato, aos anos que vão da reconstrução operada nas principais economias ocidentais até a passagem dos anos 60/70 do século XX cabem as designações aplicadas por alguns economistas – *trinta anos dourados*, *três décadas de ouro* ou *gloriosas* do capitalismo. Neles, uma simbiose entre taylorismo/fordismo e macro-orientação econômica keynesiana (vale dizer: com uma ativa intervenção do Estado) garantiu, na Europa Nórdica e Ocidental (excluída a Península Ibérica), uma articulação mediada politicamente em que o crescimento econômico operou uma significativa redução da pobreza absoluta e uma diminuição de desigualdades.

Esse episódio da história do desenvolvimento capitalista constituiu-se, na realidade, de experiências diferenciadas, seja do ponto de vista cronológico (na Europa Nórdica, elas se iniciam ainda nos anos 30, nos desdobramentos da crise de 1929, enquanto, na Europa Ocidental, são características do pós-guerra),²⁹ seja do ponto de vista da formatação institucional (não cabendo, pois, mencionar *um* modelo de *Welfare*)³⁰. Entretanto, um denominador comum esteve na sua base, denominador em que três elementos marcaram presença:

- um lapso temporal de quase trinta anos, em que o crescimento da economia capitalista alcançou níveis próprios do que Mandel designou como *onda longa expansiva* (Cf. MANDEL, 1982), com notáveis índices de crescimento e taxas de lucro bastante altas;³¹ as crises cíclicas não foram suprimidas (verificaram-se em 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970), mas seus efeitos foram bastante atenuados;

- uma forte organização operária e, mais amplamente, trabalhadora, através de um mobilizado movimento sindical e sólidos aparatos partidários (social-democratas, socialistas e/ou comunistas);

- o pavor das burguesias ocidentais em face da expansão do socialismo – o prestígio conquistado pela União Soviética na luta contra o nazifascismo (bem como o capital político acumulado pelos comunistas na Resistência) fez com que as burguesias, diante do “perigo vermelho”, se dispusessem a admitir a legitimidade de várias demandas do “seu” proletariado.

Foi nessas precisas condições que o crescimento econômico capitalista compatibilizou-se – ainda que tensa e conflitivamente – com a redução e, nalguns países, com a reversão de situações de pobreza absoluta, assim como a uma diminuição de desigualdades sociais. Mas é preciso salientar que as experiências de *Welfare* não expressaram uma possível “evolução normal” (ou “natural”) do desenvolvimento capitalista. Ao contrário: *elas constituíram uma excepcionalidade (cronológica, espacial e socio-*

²⁹ Cf. A. Przeworsky. *Capitalism and social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

³⁰ Cf. R. Mishra. *Society and social policy: theories and practice of Welfare*. London, MacMillan, 1981, e *O Estado-providência na sociedade capitalista*. Oeiras: Celta, 1995.

³¹ Entre 1950 e 1970, a produção industrial dos países capitalistas desenvolvidos aumentou, no seu conjunto, 2,8 vezes; a produção industrial norte-americana cresceu 5% entre 1940 e 1966; entre 1947 e 1966, a do Japão cresceu 9,6% e a dos seis países então reunidos na Comunidade Econômica Européia cresceu 8,9%; o PIB dos países capitalistas avançados aumentou anualmente, entre 1950 e 1973, em 4,9% e, entre 1960 e 1968, o crescimento médio anual da economia norte-americana foi de 4,4%, a do Japão foi de 10,4%, a da Alemanha Ocidental de 4,1%, a da França de 5,4% e a da Inglaterra, 3,8%. Nos anos 60, os seis países capitalistas centrais (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Grã-Bretanha e Itália) registraram um crescimento médio anual de 5 a 6% e um nível de taxa de lucro igualmente elevado – cf. G. Koslov (dir.), *Curso de economia política*. Lisboa, Avante!, 1981, vol. 1; cf. ainda E. Mandel, op. cit.; D. Harvey, *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, e M. Husson, *Miséria do capital*. Lisboa, Terramar, 1999. Ademais, na década de 1960, a taxa média de desemprego estacionou em 1,5% (E. J. Hobsbawm, *Era dos extremos...*, op. cit., p. 254).

política) na processualidade multissecular do capitalismo. Não foram mais que episódios, descartados após uma curta existência de três décadas.

A década de 1970 assistem ao início do assalto, comandado pelo grande capital, às experiências de *Welfare*. A grande burguesia monopolista, que por trinta anos viveu a sua lua-de-mel com o intervencionismo keynesiano, agora dispôs-se a romper litigiosamente o breve matrimônio. E por uma razão simples: em 1974 – 1975, pela primeira vez desde o pós-guerra, a economia capitalista mundial conheceu uma *recessão generalizada*, que atingiu simultaneamente *todos* os principais países capitalistas.³² Esgotara-se a *onda longa expansiva*, e a dinâmica capitalista começava a experimentar uma *onda longa recessiva* – na qual, ao contrário do que se verificou nos trinta anos anteriores, o ritmo do crescimento econômico despen-cou e *inicialmente* as taxas de lucro caíram rapidamente.³³ É para travar e reverter a queda das taxas de lucro que a burguesia monopolista dá curso a uma *ofensiva do capital* – entre cujos objetivos está o assalto às experiências de *Welfare* – , ideo logicamente configurada no *neoliberalismo*.³⁴

Objetivamente, ao movimento do capital repugna qualquer tipo de controle ou regulação externa ao jogo do mercado – e os vários modelos de *Welfare* consistiam em *regulações políticas* impostas ao capital. A ofensiva iniciada nos anos setenta teve uma finalidade central – fazer do mercado o *único regulador societário*. Por isso mesmo, a retórica do grande capital (vocalizada na ideologia neoliberal) acerca da necessidade de redução das funções estatais é falsa e mistificadora porque oculta o seu objetivo real: *o Estado mínimo que defende equivale a um Estado máximo para o capital*. O capital não pode prescindir do Estado, como tão bem demonstrou Mézszáros.³⁵ na ofensiva desatada pelo capital a partir dos anos 70, não se trata de “diminuir” o Estado, mas de amputar as funções democrático-reguladoras que a pressão das organizações de operários e de trabalhadores conseguiu inscrever no Estado burguês até a sexta década do século passado.

Em larga medida, a ofensiva do capital foi exitosa – como o atestam, entre outros indicadores, a desconstrução e a “crise do *Welfare State*”. À repressão política ao movimento sindical europeu (tipificada no trato que a Sra. Thatcher deu aos mineiros ingleses) não se somaram apenas a vergonhosa capitulação da socialdemo-

³² Cf. E. Mandel, *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: UNESP/Ensaio, 1990.

³³ Se, entre 1960 e 1973, o PIB norte-americano cresceu a uma média anual de 3,9%, entre 1980 e 1999 não passou dos 2,5%; para os mesmos períodos, o crescimento do PIB na União Européia desceu de 4,7% para 2,1% (cf. L. Estensoro, op. cit., p. 36); a partir dos anos 70, nenhum país capitalista desenvolvido conseguiu manter as taxas de crescimento do período anterior – aliás, “o indicador de crescimento do produto mundial por habitante era de 4% entre 1960 e 1973, caiu para 2,4% entre 1973 e 1980 e 1,2% entre 1980 e 1993” (*id.*, *ibid.*). Quanto às taxas de lucro, elas declinaram, entre 1968 e 1973, de 26,2% para 20,3% no Japão, de 16,3% para 14,2% na Alemanha Ocidental, de 11,9% para 11,2% na Grã-Bretanha, de 14,2% para 12,1% na Itália e de 18,2% para 17,1% nos Estados Unidos (cf. Husson, op. cit., p. 29-30).

³⁴ É larga a bibliografia sobre o neoliberalismo; entre outros títulos, cf. A. J. Avelãs Nunes, *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*. Coimbra, Separata do Boletim de Ciências Econômicas da Universidade de Coimbra, 1991; J. P. Netto, *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993; E. Sader e P. Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

³⁵ I. Mézszáros, *Beyond Capital. Towards a theory of transition*. London: Merlin Press, 1995 (esp. parte I, 2).

³⁶ Como se sabe, “as políticas de Mitterrand, González, Papandreou, Hawke e Lange, na década de 1980, diferiam muito pouco das implementadas por Reagan, Kohl e Thatcher” (A. Callinicos, *A vingança da história. O marxismo e as revoluções do Leste europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 14).

cracia, com seus partidos transformados em máquinas eleitoreiras e sua plena integração à programática do grande capital,³⁶ e os efeitos deletérios do colapso da União Soviética e do bloco socialista:³⁷ acompanharam-nos a “reestruturação produtiva” e todo o elenco de processos que redimensionaram a economia capitalista – a *privatização*, a *desregulamentação* e a *flexibilização* –, fazendo com que o capitalismo monopolista transitasse para o seu estágio contemporâneo, marcado pela *financeirização*.³⁸ O resultado que comprova o êxito da ofensiva do capital surge na última década do século XX: *altas taxas de lucro foram resgatadas, mesmo que sem a recuperação de taxas significativas de crescimento* –³⁹ desde meados dos anos 80, a economia capitalista vem crescendo a uma taxa média anual de 2,5%, *quase a metade do verificado no período 1950/1970* (POCHMANN *et alii* (orgs.), op. cit., p. 35). Mas também surgem, no mesmo período, os custos do êxito da ofensiva do capital:

“[...] Em 1997, a proporção da população que vivia na pobreza chegava a 16,5% nos Estados Unidos e a 15,1% no Reino Unido. [...] Os dois países-símbolo do neoliberalismo são [...] os campeões da pobreza entre os países industrializados [...]. Na Grã-Bretanha, a desigualdade dos rendimentos [...] em 1990 era mais flagrante que nunca desde a Segunda Guerra Mundial e se agravou mais rapidamente que na maioria dos demais países [...]: em vinte anos, os 10% de rendimentos mais baixos perderam 20% de seu poder aquisitivo, ao passo que o dos 10% mais altos aumentava 65% [...]. Nos Estados Unidos, a parcela do PIB destinada aos 5% mais favorecidos da população passou de 16,5% em 1974 para 21% em 1994, enquanto a dos mais pobres caía de 4,3% para 3,6%”. (PASSET, 2002, pp. 184-186. A frase sublinhada é de outra fonte.)

A desconstrução do *Welfare* adquire o seu verdadeiro significado quando inserida no processo mais amplo da ofensiva do capital: não se tratou, como pretenderam alguns socialdemocratas tardios, de uma simples resposta a uma pretensa “crise de financiamento”⁴⁰, implicando o esgotamento “cultural” de um determinado “contrato social” (ROSANVALLON, 1981) – ela assinala a liquidação do capitalismo “democrático”, que durou trinta anos, revelando a *incompatibilidade de uma conexão durável entre dinâmica capitalista, supressão de pobreza absoluta e redução*

³⁷ Tais efeitos podem ser resumidos brevemente: “O capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo” porque, “por enquanto, não há nenhuma parte do mundo que apresente com credibilidade um sistema alternativo ao capitalismo” (Hobsbawm, in Blackburn, org., op. cit., pp. 103-104). Sobre o colapso do bloco socialista, cf. J. P. Netto, *Crise do socialismo...*, ed. cit.

³⁸ Estas características da economia capitalista contemporânea estão analisadas no último capítulo de *Economia política: uma introdução crítica*, que escrevi com Marcelo Braz para a “Biblioteca básica de Serviço Social” (São Paulo: Cortez, 2006).

³⁹ Cf. P. Anderson, in E. Sader e P. Gentili (orgs.), op. cit.

⁴⁰ S. de Brunhoff observa que a “crise do Estado Providência” é, sobretudo, um *resultado* da crise econômica capitalista. E mostra que o ataque ao *Welfare State*, comparado à manutenção do *Warfare State* (Estado militarizado), é uma *opção política* (cf. Brunhoff, *A hora do mercado*. São Paulo: UNESP, 1991, cap. 2).

de desigualdades. Ela indica que o capitalismo contemporâneo mostra-se cada vez menos capaz de suportar reformas viabilizadoras da ampliação de direitos sociais. Ela demonstra que o movimento do capital, no ocaso do século XX e na alvorada do século XXI, recusa qualquer controle social e só pode manter-se e reproduzir-se se se deixa livre o curso para a acumulação, com todas as conseqüências da sua *lei geral*.

Não é por acaso, aliás, que a “questão social”, posta no primeiro terço do século XIX precisamente pela ação da *lei geral da acumulação capitalista*, tenha ganho, no último *fin de siècle*, tantas expressões inéditas, a ponto de os desavisados descobrirem uma *nova “questão social”*, a ser equacionada por uma “solidariedade refundada” (ROSAN-VALLON, 1995).

A ofensiva do capital nos países periféricos

A relação entre os países capitalistas mais desenvolvidos (centrais, metropolitanos) e os menos desenvolvidos (subdesenvolvidos, periféricos)⁴¹, fundada nesta assimetria da dinâmica econômica, constituiu-se historicamente como uma *relação de exploração* – e sobre este ponto, qualquer polêmica é pura perda de tempo.

No breve episódio das *três décadas de ouro*, esta relação de exploração manteve-se com intensidade e, naturalmente, os recursos drenados da periferia contribuíram para que as grandes burguesias centrais financiassem o seu *Welfare*.⁴² No período subsequente ao esgotamento da *onda longa expansiva*, os tradicionais e intensivamente utilizados mecanismos de sucção de recursos empregados pelos países centrais foram qualitativamente ampliados com a entrada em cena dos instrumentos de eternização do endividamento externo de boa parte dos principais países da periferia; no último terço do século XX, as imposições derivadas da *dívida externa* transformaram os países periféricos em *grandes exportadores de capital* para os países centrais.⁴³ Informa acreditado analista, que foi consultor, entre outros organismos, da *Organização Internacional do Trabalho/OIT*, da *Organização Mundial da Saúde/OMS* e do PNUD:

“O total pendente da dívida de longo prazo dos países em desenvolvimento [...] era de aproximadamente US\$ 62 bilhões em 1970. Ela cresceu sete vezes no curso dos anos 70, atin-

⁴¹ Estudos recentes destacam, entre os países periféricos, aqueles que lograram construir sistemas produtivos nacionais com algum grau de competitividade mundial (“semiperiféricos” ou “periféricos de primeira linha” – cf. G. Arrighi, *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997 e, ainda, S. Amin, *Más allá del capitalismo senil*. Paidós: Buenos Aires, 2003).

⁴² Cf., entre inúmeras e variadas fontes, E. Mandel, *Traité d'économie marxiste*. Paris, UGE, vol. 3, 1969, cap. XIII. Quanto às relações comerciais entre países metropolitanos e países do Terceiro Mundo, a “deterioração dos termos de troca” de produtos básicos determinou, entre 1954 e 1972, a queda do índice 126 para 84; em razão disso, os países do Terceiro Mundo registraram perdas de bilhões de dólares – 10 bilhões em apenas um ano, 1972 (cf. E. Mandel, *A crise do capital...*, ed. cit., p. 44).

⁴³ Cabe notar que outra questão é a posta pela *dívida pública* dos grandes Estados capitalistas centrais: no grupo dos países da OCDE, em 1995 ela já ultrapassava os 13 trilhões de dólares em 1995; em 1996, nos Estados Unidos – os maiores devedores do mundo –, era da ordem de 5 trilhões de dólares. Compreende-se a conseqüência política desta situação: “O acúmulo de grandes dívidas públicas nos países do Ocidente [...] conferiu aos interesses financeiros e bancários [...] o poder de ditar a política social e econômica do governo” (M. Chossudovsky, op. cit., p. 14).

*gindo US\$ 481 bilhões em 1980. A dívida total (incluindo a de curto prazo) era de mais de US\$ 2 trilhões em 1996, um aumento de 32 vezes em relação a 1970”.*⁴⁴

E este crescimento se processou apesar de todos os pagamentos efetuados ao longo do período.

Em estudo dedicado às transferências de excedentes da periferia terceiro-mundista para os países cêntricos, Pablo González Casanova calculou que, entre 1972 e 1995, o seu volume chegou à fabulosa quantia de 4,5 trilhões de dólares (BORON, 2002, p. 148) Em face desse quadro, duas conclusões se impõem: 1^a) não se pode contestar a persistência da *relação imperialista* entre o capitalismo central e a periferia⁴⁵; 2^a) soam ingênuas, para dizer o mínimo, as propostas concernentes à “ajuda” dos países capitalistas centrais aos periféricos.⁴⁶

Todavia, a ofensiva do capital sobre os países periféricos tomou a sua forma mais específica com os “planos de ajuste” a eles impostos principalmente na sequência dos anos 80⁴⁷ e que, no final desta década, ganharam a formulação canônica do *Consenso de Washington*,⁴⁸ que propunha

“um conjunto abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Tratava-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (Tavares e Fiori, op. cit., p. 18).

Em essência, a proposta econômica do *ajuste estrutural*

“resume-se, para o chamado curto prazo, em diminuir o déficit fiscal reduzindo o gasto público, aplicar uma política mone-

⁴⁴ M. Chossudovsky, op. cit., p. 37; os itálicos não constam do original. Obra antiga, mas ainda elucidativa acerca da problemática da dívida externa, especialmente a dos países latino-americanos, deve-se a B. Kucinsky e S. Branford, *A ditadura da dívida*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁵ Um certo “pós-marxismo” vem defendendo a equivocada tese da superação do imperialismo – cf. M. Hardt e A. Negri, *Empire*. Cambridge, Harvard University Press, 2000; uma competente crítica destes autores deve-se a A. A. Borón, no texto citado na nota anterior. Estimulantes hipóteses acerca do imperialismo contemporâneo, por outro lado, encontram-se em D. Harvey, *O novo imperialismo*. S. Paulo: Loyola, 2004.

⁴⁶ O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*, do PNUD, naturalmente, insiste na tese (amplamente infirmada pelos fatos) de que “a ajuda internacional é uma das armas mais eficazes na guerra contra a pobreza”; porém, sintomaticamente, observa: a) “no seu conjunto, os países ricos gastam atualmente 0,25% do seu rendimento nacional bruto em ajuda – menos do que em 1990, mas numa tendência ascendente desde 1997”; b) “embora os países ricos tenham admitido publicamente a importância da ajuda, contudo, até o momento, as suas ações não têm correspondido às suas palavras” (ed. cit., pp. 28-29).

⁴⁷ Não se esqueça de que, na América Latina, o Chile – após o estabelecimento da ominosa ditadura que se seguiu ao golpe de 11 de setembro de 1973 – foi o laboratório original das receitas econômicas que, mais tarde, seriam incorporadas nos “planos de ajuste”. Dentre as várias análises sobre o experimento chileno, cf. R. Villarreal, *A contra-revolução monetarista. Teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, s.d., cap. 11.

⁴⁸ Cf. P. N. Batista, *O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Uma abordagem do *Consenso* encontra-se em M. C. Tavares e J. L. Fiori, *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

tária restritiva para combater a inflação e fazer prevalecer uma taxa de juros 'real positiva' e um tipo de câmbio 'real adequado'. A médio prazo, os objetivos seriam transformar as exportações no motor do crescimento; liberalizar o comércio exterior; atenuar as regulações estatais, maximizando o uso do mercado; concentrar o investimento no setor privado, comprimindo a presença do setor estatal, e promover uma es-trutura de preços sem distorções.

Por trás de todas essas medidas, está a idéia central de que é o livre jogo das forças de mercado, sem nenhuma interferência, o que levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos em benefício de toda a coletividade" (SOARES, 2000, pp. 14-15.)

Na sua excelente análise do *ajuste neoliberal*, Laura Tavares mostra que ele é muito mais que uma programática econômica: expressa uma redefinição global do campo político-institucional e, em face da desigualdade crescente, situa a figura do *pobre* no centro de *políticas focalizadas de assistência*. Ocorre, então, um *deslocamento da função assistencial*, que se torna um instrumento essencial de *legitimação do Estado*. Cito textualmente as suas palavras: no marco do ajuste,

"os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução [social] é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo" (Id., ibid., p. 13).

Imposto aos países periféricos – sem qualquer consulta democrática às suas populações e, em geral, ferindo a sua expressa e explícita vontade –⁴⁹, o *ajuste* revelou, em todas as latitudes, resultados catastróficos para as massas trabalhadoras e as classes subalternas. As "reformas" que se impuseram no âmbito do Estado e em suas instituições tiveram efeitos solidamente regressivos, suprimindo ou mutilando direitos sociais antes consagrados.⁵⁰ Uma larga bibliografia atesta, de forma

⁴⁹ É típico o caso brasileiro: em 2002, à frente de um partido político cuja história recente se notabilizou pelo *combate ao neoliberalismo*, Luís Inácio Lula da Silva elegeu-se presidente da República – e seu governo tem sido a continuidade e o aprofundamento das orientações neoliberais implementadas por seu antecessor, o outrora "sociólogo da dependência" Fernando Henrique Cardoso. E não se esqueça a precedente experiência argentina: derrotado nas urnas por Fernando de la Rúa, Domingo Cavallo tornou-se o "czar da economia" do governo da UCR – com os conhecidos resultados.

⁵⁰ A ofensiva ideológica do neoliberalismo foi exitosa até no sentido de ressignificar a *reforma*, que historicamente sempre aludiu à ampliação de direitos – a "reforma" neoliberal consistiu, de fato, em *contra-reforma*.

indesmentível, o *desastre social* ocasionado pelos “ajustes estruturais” monitorados pelo Fundo Monetário Internacional e patrocinados pelo Banco Mundial⁵¹. Numa conclusão acerca da aplicação do receituário neoliberal, afirma Laura Tavares: “o caráter recessivo das políticas de ajuste econômico provocou, em quase todos os casos, cortes lineares do gasto social e deterioração dos padrões do serviço público” (op. cit., p. 20).

É claro que o *desastre social* a que me refiro diz respeito às massas trabalhadoras e às classes subalternas – como na vida sócio-econômica não existe jogo de soma zero, as políticas de ajuste favoreceram, ampla e escandalosamente, os grandes capitalistas (individuais e/ou coletivos) e os seus serventuários diretos.

Já em meados da década passada, eram evidentes os sinais inequívocos desse desastre. E quando confrontados com a evidência do desastre, os ideólogos neoliberais eximiram – e continuam eximindo – a sua programática de qualquer responsabilidade: argumentam simplesmente que ela não foi executada integralmente ou que sua implementação foi imperfeita.⁵² Na verdade, o que pretendem é impor

“a visão de que os problemas sociais hoje existentes são apenas um problema de administração do ajuste, culpabilizando, mais uma vez, os Estados Nacionais de serem incompetentes na gestão econômica e social” (SOARES, op. cit., p. 31).

O grave é que esta imposição tem sido realizada e poucas vezes se levantam contra ela – de fato, não é exagero afirmar que a *ideologia* neoliberal, com o conjunto da suas mistificações, dispõe de força e capacidade de neutralização dos seus críticos, força e capacidade diretamente vinculadas à força dos interesses econômicos que representa e expressa.

Entretanto, à medida que o desastre referido tornou-se tão flagrante, a continuidade da aplicação dos planos de ajuste viu-se acompanhada por sugestões de “correções de rota” adjetivas. As mesmas instituições internacionais que patrocinaram as políticas de ajuste começaram a revelar “preocupações” com o agravamento do quadro social, manifestamente no tocante à pobreza. O marco inicial dessa “preocupação” encontra-se num documento do Banco Mundial, de 1990 (citado na nota 26), e a ele seguiram-se textos do BID e até mesmo o FMI, desde a entrada deste século, vem-se pronunciando a respeito (cf. SOARES, ed. cit., p. 21).

⁵¹ Um balanço dos “planos de ajuste” em escala mundial é oferecido, com suficiente apoio estatístico, por M. Chossudovsky, op. cit.; especificamente para a América Latina, cf. L. T. Soares, *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro, EELAN/UFRJ, 1999 e o livro já referido de R. Villarreal. Para resultados da ofensiva neoliberal em países desenvolvidos, cf., entre outros, H.-P. Martin e H. Schumann, *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*. Lisboa: Terramar, 1998 e, num tratamento jornalístico, V. Forrester, *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1997.

⁵² Esta é a posição de John Williamson – criador, aliás, da expressão *consenso de Washington*. Veja-se a sua conferência de 25/agosto/2003 na Faculdade Armando Álvares Penteado, em S. Paulo, disponível em www.iee.com/publications/papers/williamson0803.pdf e, ainda, o livro que organizou, com P.-P. Kuczynski, *Depois do Consenso de Washington: crescimento e reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2003.

Um desastre social inegável

A “preocupação” mencionada resulta, especialmente, tanto dos riscos políticos contidos no agravamento das tensões sociais (não é por acaso a referência à necessidade de serem garantidas condições para a *boa governabilidade, governação* ou *governança*) como da impossibilidade de ocultar o caráter *absolutamente residual* dos eventuais ganhos obtidos nos últimos anos no que diz respeito ao combate à pobreza e, mais claramente ainda, na redução das desigualdades. A meu juízo, aquela “preocupação” apenas sintomatiza que já não se pode ocultar que a ordem social do capital inaugura o novo século (os místicos prefeririam dizer: o “novo milênio”) com um desastre social inegável.

Estão longe, e não mais retornarão, os tempos em que intelectuais – sérios e sofisticados – prediziam um futuro promissor para a sociedade capitalista. Recordemos que, em 1930, um desses intelectuais, aliás dos mais festejados em certos meios acadêmicos, prognosticava que “o problema econômico da humanidade” seria resolvido em *cem anos* nos “países progressistas”. Também escrevia, à mesma época:

“Estamos sendo afetados por uma nova doença [...], o desemprego tecnológico. [...] Mas esta é somente uma fase temporária de desajuste. Tudo isso significa que, a longo prazo, a humanidade está solucionando seu problema econômico” (KEYNES Keynes, apud MÉSZÁROS, 2004, pp. 61-62).

Parece que o ilustre autor – e esclareço: trata-se de Lord Keynes – equivocou-se rotundamente. Quanto ao que chamou de “desemprego tecnológico”, eis o que se lia num relatório europeu de dez anos atrás e que não merece correção à base dos dados que conhecemos hoje:

“Soluções tecnológicas [...] estão a surgir em todos os setores da economia, contrariamente às anteriores ‘revoluções’ tecnológicas que ocorreram em setores bastante específicos. Assim, antigamente, o emprego perdido num setor podia ser compensado em qualquer outro. Hoje em dia [...] isso deixou de ser possível. [...] As perspectivas gerais [do emprego] para o futuro não são, por conseguinte, muito encorajadoras [...]”.⁵³

Alguns analistas vão ao ponto de sustentar que estamos presenciando “o fim dos empregos” – e não poucos ideólogos se apressam a decretar o “fim do trabalho”.⁵⁴ Estas idéias são absolutamente insustentáveis.⁵⁵ Algo, porém, é indiscutível: a

⁵³ Cf. Grupo de Lisboa, *Limites à competição*. Lisboa: Europa-América, 1994, pp. 70-71.

⁵⁴ Cf., entre larga bibliografia, J. Rifkin, *O fim dos empregos*. S. Paulo, Makron Books, 1995 e D. Méda, *O trabalho. Um valor em vias de extinção*. Lisboa, Fim de Século, 1999.

⁵⁵ Para a contestação dessas idéias, cf., entre outros, R. Antunes, *Os sentidos do trabalho*. S. Paulo, Boitempo, 1999 e Netto, J. P. e Braz, M. *Economia Política: uma introdução crítica* (cf. a nota 56).

sociedade capitalista, que nunca conviveu com o contingente de desempregados que tem hoje (estima-se o número de pessoas *sem qualquer emprego* em 1 bilhão)⁵⁶, esta sociedade sequer se propõe, mesmo em nível de discurso, a garantir emprego a seus membros – eis a que ponto se chegou.

A outra parte do prognóstico de Lord Keynes igualmente revela-se toda equivocada – decorridos mais de dois terços do prazo por ele previsto, a humanidade está longe, longíssimo, de “solucionar seu problema econômico”. Atesta-o o balanço que, em 2005, o PNUD fez dos primeiros anos do compromisso firmado por todos os governos em 2000, a “Declaração do Milênio”, consensuada nas Nações Unidas, com a promessa de, num prazo de 15 anos, “libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjectas e desumanas da pobreza extrema”. Como se lê na “Introdução” do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*, do PNUD, as metas da “Declaração do Milênio”, consistentes nos “objetivos de desenvolvimento do milênio” (ODMs),⁵⁷

“incluem a redução da pobreza extrema pela metade, diminuição da mortalidade de crianças, provisão de educação para todas as crianças do mundo, redução das doenças infecciosas e a promoção de uma nova parceria mundial para produzir resultados. O prazo para atingir os objetivos acaba em 2015” (Cf. Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, ed. cit., p. 14).

Ora, a avaliação que o documento realiza não poderia ser mais clara, explicitando o que designo por desastre social inegável: se, em algumas de suas passagens, o documento sustenta que, nos últimos 15 anos, “houve ganhos de desenvolvimento humano [que] não devem ser subestimados”, logo acrescenta que também “nem devem ser exagerados” (*Id., ibid.*, pp. 16-17) – e isto porque, nos seus próprios termos, a leitura dos resultados obtidos nos quatro primeiros anos de implementação da “Declaração do Milênio” é qualificada como “deprimente”:

“A maioria dos países está fora do caminho para a maior parte dos ODMs. O desenvolvimento humano está a esmorecer nalgumas áreas fundamentais e as desigualdades já profundas estão a se alargar. Podemos encontrar várias formulações diplomáticas e terminologia polida para descrever a divergência

⁵⁶ O dado é fornecido por J. Rifkin, em entrevista a *Você S/A*. S. Paulo: Abril, outubro de 2005.

⁵⁷ Recordem-se os “objetivos de desenvolvimento do milênio”: 1. erradicar a pobreza extrema e a fome. Reduzir pela metade a percentagem de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia e a percentagem da subnutrição; 2. alcançar o ensino primário universal. Garantir que todas as crianças possam completar o ensino primário; 3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres. Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005 e não mais tarde do que em 2015; 4. reduzir a mortalidade das crianças. Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos; 5. melhorar a saúde materna. Reduzir a taxa de mortalidade materna em três quartos; 6. combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças. Deter e começar a inverter a propagação do HIV/AIDS e outras doenças; 7. assegurar a sustentabilidade ambiental. Reduzir para a metade a percentagem das pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento; 8. promover uma parceria mundial para o desenvolvimento. Reformar a ajuda e o comércio, com um tratamento especial para os países mais pobres.

entre o progresso no desenvolvimento humano e a ambição plasmada na Declaração do Milênio. Nenhuma delas deveria poder obscurecer uma verdade simples: a promessa aos pobres do mundo está a ser quebrada” (Id., ibid., p. 15).

Observe-se que estas considerações são retiradas do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*, do PNUD – não são avaliações de um pesquisador engajado na luta contra a ordem social contemporânea. Observe-se mais: ao focar os “três pilares da cooperação” – vetores com os quais o PNUD acredita, piamente, que se pode avançar com êxito na implementação dos ODMs –, o *Relatório...* apresenta conclusões que não têm o dom de estimular qualquer otimismo. Para o PNUD, eis os “três pilares da cooperação” e seu estado efetivo quatro anos depois da “Declaração do Milênio”:

1º pilar: “A ajuda ao desenvolvimento.” Estado efetivo: “sofre de dois problemas: subfinanciamento crônico e má qualidade. Tem havido melhorias em ambas as frentes, mas continua a haver muito o que fazer para fechar os hiatos de financiamento [...]”;

2º pilar: “O comércio internacional.” Estado efetivo: depois das conversações da *Rodada de Doha* (da *Organização Mundial do Comércio*, em 2001), em quatro anos “não foi alcançado nada de substancial”;

3º pilar: “A segurança.” Estado efetivo: “Conflitos violentos arruinam a vida de centenas de milhões de pessoas” (*Id., ibid., p. 16*).

A conclusão do documento é cristalina: depois de recordar que o primeiro *Relatório...*, de 1990, à base de um consenso internacional, previa uma “década de desenvolvimento humano”, ele deixa entrever “sinais agourentos para a próxima década”, apesar do “novo consenso” expresso na “Declaração do Milênio”. Lê-se no documento:

“Existe o perigo iminente de que nos próximos DEZ anos, tal como nos últimos 15, o progresso em desenvolvimento humano seja muito menor do que o que o novo consenso promete” (Id., ibid., p. 16).

Ao contrário dos técnicos do PNUD, *não hesito em afirmar que as “metas do milênio” não serão atingidas* – exceto se uma *transformação social radical se operar em escala mundial, erodindo os suportes da sociedade capitalista e abrindo a transição para outra ordem social*. Como não me parece que uma transformação social dessa magnitude esteja no horizonte imediato, não tenho dúvidas em dizer da inviabilidade das “metas do milênio”.⁵⁸

⁵⁸ É evidente que não ignoro, nem subestimo, as lutas sociais em curso no mundo contemporâneo. Mas, a meu juízo, como lhes falta uma *direção política*, capaz de *unificar e universalizar* a infinidade de demandas anti-capitalistas, sua fragmentação reduz em muito a sua potencialidade transformadora – o que se pode constatar, por exemplo, na importante informação/documentação do Fórum Mundial das Alternativas, dirigido por Samir Amin e François Houtart (como exemplo dessa documentação, veja-se o livro, organizado por Amin e Houtart, *Mundialização das resistências: o estado das lutas* em 2003. São Paulo: Cortez, 2004).

A permanência da pobreza e das desigualdades

Antes de prosseguir, permito-me chamar a atenção para o texto que se segue:

“Em todas as grandes cidades [...] podemos ver uma multidão de pessoas [...] que sobrevivem graças a pequenos ganhos ocasionais. É espantoso ver as ocupações a que esta população supérflua recorre. [...] A grande maioria dos desempregados torna-se vendedores ambulantes. [...] Fitas, rendas, galões, frutas, bolos, em resumo, todos os artigos imagináveis são oferecidos por homens, mulheres, crianças [...]. Fósforos e outras coisas deste gênero [...] constituem também artigos de venda. Outros ainda circulam pelas ruas tentando encontrar alguns trabalhos ocasionais.

Que resta a estas pessoas, quando não encontram trabalho e não querem se revoltar contra a sociedade, senão mendigar? Não nos espantamos ao ver esta multidão de mendigos, com quem a polícia sempre tem contas a ajustar e que, na sua maior parte, são homens em condições de trabalhar. [...] Às vezes erram, em companhia da família, cantando lamúrias na rua ou apelando para a caridade dos transeuntes com algum pequeno discurso. [...] Ou então toda a família se instala silenciosamente na calçada de uma rua animada, e deixa, sem dizer nada, que o seu aspecto indigente por si só produza efeitos.”

Temos aqui a descrição de um quadro que é muito conhecido, diria mesmo familiar à maioria dos profissionais de Serviço Social, e não só daqueles que trabalham em sociedades periféricas – na verdade, este texto poderia ser extraído de qualquer reportagem sobre a vida em inúmeras metrópoles contemporâneas.

Engana-se, porém, quem pensar que estou recortando um trecho de um jornal da semana passada: o texto acima foi escrito há exatos 161 anos, por um jovem de 25 anos que então analisava a sociedade inglesa e depois ficaria famoso – essas linhas são extraídas de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, o primeiro livro de Friedrich Engels (ENGELS, 1986, pp. 103-104⁵⁹).

Nada mais alheio à minha argumentação do que pretender insinuar que o mundo não mudou desde 1845 – o que, antes de mais, seria um absurdo. Conquistas civilizacionais foram feitas; os trabalhadores, mediante árduas lutas, forçaram o reconhecimento de direitos políticos e sociais; o Estado burguês foi compelido a assumir, sem prejuízo de seu caráter de classe, funções coesivas e legitimadoras. Aquilo que não mudou, todavia, e responde pela permanência da pobreza e da desigualdade, é a dinâmica econômica elementar da nossa sociedade, assentada

⁵⁹ Cf. F. Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986, pp. 103-104.

na acumulação capitalista – por isso mesmo, seus efeitos, os efeitos de sua *lei geral*, continuam operantes; por isso mesmo, nós, assistentes sociais – e não apenas nós – confrontamo-nos com os desafios de uma *questão social* que se apresenta hoje mais ampla e diversificada que em qualquer tempo anterior.

Ao contrário do que sustentam alguns ideólogos, não estamos diante de uma “nova” *questão social* –⁶⁰ entendo que estamos confrontados com *novas expressões* da *questão social*. A “velha” *questão social*, conotada com o pauperismo, não foi equacionada e, menos ainda, resolvida. E, de fato, temos *novas problemáticas*, seja pela magnitude que adquiriram situações que antes não eram socialmente reconhecidas como significativas (violência urbana, migrações involuntárias, conflitos étnicos e culturais, opressão/exploração nas relações de gênero etc.), seja pela refuncionalização de velhas práticas sociais agora submetidas à lógica contemporânea da acumulação e da valorização (o trabalho escravo e semi-escravo, o tráfico humano, a prostituição, o “turismo sexual” etc.), seja, enfim, pela emergência de fenômenos que, novos, vinculam-se aos *porões da globalização* – as conseqüências da *organização do crime* em escala planetária (DREIFUSS, 1996, pp. 258 e ss).

É esta *questão social* exponenciada que nos comprova a permanência da pobreza e da desigualdade. Permanência que, desde a época em que o jovem Engels escrevia as páginas das quais extraí o texto citado há pouco, tem desafiado *toda a boa vontade dos filantropos, todo o empenho de técnicos e profissionais honestos* que se comprometeram com políticas de erradicação da pobreza e redução das desigualdades.

Na mensuração da pobreza, se a sua linha for fixada em US\$ 2,00 diários, o número de pobres do mundo, entre 1981 e 2001, passou de 2,419 para 2,733 bilhões de pessoas – isto é, cresceu 13% em termos absolutos, ainda que, em termos relativos, o percentual de pobres tenha se reduzido, no mesmo período, de 65,9 para 52,8%. (POCHMANN *et alii* (orgs.), ed. cit., p. 46). No plano internacional, a desigualdade cresceu ao longo de todo o século XX, apesar de todas as proclamações e programas políticos – sérios ou demagógicos – para reduzi-la.⁶¹ Com efeito, nos últimos cem anos, o que se pode considerar “mundo desenvolvido” deixou de abranger 33% da população mundial, em 1900, para, ao fim do século, cobrir não mais que 15% da humanidade (HOBSBABWM in BLACBUM(org.), op. cit., p. 104). E, entre 1960 e 2000, a diferença do PIB *per capita* entre os vinte países mais ricos e os vinte mais pobres saltou de 53,8 para 121 vezes (POCHMANN *et alii* (orgs.) *id.*, *ibid.*, pp. 41-42). E, quando se passa à análise da desigualdade entre as pessoas, os dados do PNUD/2005 são eloqüentes: *os quinhentos indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento dos 416 milhões de pessoas mais pobres (Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, p. 21).*

⁶⁰ Sobre esta problemática, cf., entre outros, além do livro de P. Rosanvallon citado na nota 62, R. Castel, *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998; R. Castel, L. E. Wanderley e M. Belfiore-Wanderley, *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997; A. Pastorini, *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004 e *Temporalis*. Brasília, ABEPSS, ano 2, nº 3, jan-jul. de 2001.

⁶¹ Relembra um conhecido sociólogo, depois de aludir ao fato de que, “nas últimas décadas, as desigualdades entre o Norte e o Sul aumentaram significativamente”: “O programa da Nova Ordem Econômica Internacional, lançado pela ONU em 1975, com vista a criar uma maior solidariedade entre o Norte e o Sul, redundou num total fracasso” (B. Sousa Santos, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995, pp. 292-293).

A concentração do poder econômico e político

Para ser minimamente séria, a análise da permanência da pobreza e da desigualdade – malgrado todas as políticas, planos e programas chamados a combatê-las – tem de ser conduzida considerando que tal permanência, produto necessário da acumulação capitalista, se opera ao mesmo tempo em que se acentuam os processos de *concentração da propriedade* e das *decisões políticas*.

A concentração da propriedade conecta-se diretamente aos processos de concentração e centralização de capitais que se aceleram nos últimos trinta anos – com efeito, a economia mundial atingiu um *assombroso grau de concentração e centralização* –⁶² sem prejuízo da continuidade da concorrência intercapitalista. Esse processo se verifica, por exemplo, quando se constata que,

“entre 1971 e 1991, o faturamento das quinhentas maiores empresas multinacionais explode de US\$ 721 bilhões para US\$ 5,3 trilhões – [...] estas firmas passam a responder por 1/3 das exportações industriais, 3/4 do comércio de commodities e 4/5 do comércio de tecnologia e serviços” (POCHMANN et alii (orgs.), op. cit., p. 32).

Em conseqüência dessas concentração e centralização, os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se tornaram *corporações megaempresariais*) desenvolveram interações novas, nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram *um poder decisório especial*. No topo dessas articulações, figura um restrito círculo de homens (e umas poucas mulheres) que constitui em uma *nova oligarquia*, concentradora de um *enorme po-der econômico e político*; veja-se a síntese oferecida por um cientista político: repre-sentantes do grande capital e formadores de “novas elites”,

esses homens [...], os mais influentes do planeta, possuidores de poderes jamais vistos na história da humanidade, se encontram regularmente em centros de conferências virtuais e em “espaços” privilegiados de articulação, seguros e afastados

⁶² Dados reunidos em matéria do *Brasil de Fato* (S. Paulo, março de 2006, ano 4, nº 160), mostram que *grupos de monopólios* comandam, em escala mundial, os seguintes setores: *biotecnologia* (Amgen, Monsanto, Genentech, Serono, Biogen Idec, Genzyme, Applied Biosystems, Chiron, Gilead Sciences, Medimmune); *produtos veterinários* (Pfizer, Merial, Intervet, DSM, Bayer, BASF, Fort Dodge, Elanco, Schering-Plough, Novartis); *sementes* (Monsanto, DuPont, Syngenta, KWS Ag, Land O’Lakes, Sakata, Bayer, Taikki, DLF Trifolium); *agrotóxicos* (Bayer, Syngenta, BASF, Dow, Monsanto, DuPont, Koor, Sumitomo, Nufarm, Arysta); *produtos farmacêuticos* (Pfizer, Glaxo Smith Kline, Johnson & Johnson, Merck, Astra Zeneca, Hoffman-La Roche, Novartis, Bristol-Meyers Squibb, Wyeth); *alimentos e bebidas* (Nestlé, Archer Daniel Midlands, Altria, Pepsico, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Coca-Cola, Mars, Danone). A mesma concentração verifica-se no circuito de distribuição, com redes comerciais de amplitude mundial, em que os grupos dominantes são: Wal-Mart, Carrefour, Metro AG, Ahold, Tesco, Kroger, Costco, ITM Enterprises, Albetson’s e Edeka Centrale. Os movimentos de concentração e centralização do capital revelaram-se intensíssimos nos últimos trinta anos *em todos os ramos e setores econômicos*, envolvendo produção, circulação e atividades relativas à reprodução social. Um exemplo desses movimentos é o que se processou na indústria automobilística, emblemática dos “anos dourados”: as cinquenta empresas que existiam no mundo, em 1964, em meados dos anos noventa não eram mais que vinte (das européias, que eram cerca de quarenta, só restaram sete).

do “olho público”. [...] Com uma visão global e referências mentais supranacionais, as novas elites orgânicas agem transnacionalmente [...], contornam Estados nacionais e governos, reafirmando a autonomia política das corporações estratégicas e contribuindo para a formação do [...] “pensamento único”. [...] Esse tipo de articulação] viabiliza e perpetua o segredo político-estratégico, subtraindo as questões vitais do olhar público [...]. Por outro lado, muitos dos tradicionais locais de representação e agregação de demandas sociais (congressos, parlamentos, governos estaduais, autarquias estatais, associações e instâncias políticas diversas) se mostram ineficazes, enquanto os mecanismos e as práticas convencionais da política passam a ser vistos como inadequados” (DREIFUSS, op. cit., pp. 175-176).

A concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração do poder político. Aqui, claramente, revela-se o caráter antidemocrático do capitalismo monopolista contemporâneo: ao mesmo tempo em que desqualificam a política, ladeando as instâncias representativas (parlamentos, assembleias legislativas) ou nelas fazendo sentir o peso dos seus *lobbies*, essas “elites orgânicas” do grande capital – empresários, executivos, analistas, cientistas, engenheiros – realizam a sua política, tomando decisões estratégicas que afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento ou participação destes. E não é preciso dizer da característica corrupta dessa política.⁶³

A política conduzida por essas “elites orgânicas”, notadamente a partir dos anos 70 do último século, passou a operar-se também através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e organismos vinculados à Organização das Nações Unidas. Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhes são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, freqüentemente direcionada aos já referidos “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência. O esvaziamento do conteúdo democrático das formas tradicionais de representação política não se limita, naturalmente, aos países periféricos; ocorre, igualmente, nos países centrais.⁶⁴ Mas

⁶³ Para a reunião que deve realizar-se proximoamente em Cingapura, o Banco Mundial preparou um informe (“Fortalecendo o compromisso do Banco Mundial com a governabilidade e o combate à corrupção”) que prevê que os seus financiamentos serão condicionados ao grau de risco apresentado por cada país em termos de corrupção – cf. *O Globo*. Rio de Janeiro, ed. de 22 de agosto de 2006, p. 21. A medida é profilática, mas, ao se acentuar a corrupção praticada por governantes, poucos levam em conta a corrupção que particulariza a ação política dos grupos monopolistas, que é extremamente “democrática”: envolve figurões em todos os quadrantes. A lista de escândalos, com poucos protagonistas sendo punidos, é infinita: Anthony Gebauer (*lobbista* norte-americano), Bernard Tapie (empresário e ex-ministro francês), Roh Tae Woo (ex-presidente da Coréia do Sul), Pierre Suard (ex-presidente executivo da corporação Alcatel Alsthom), Paolo Berlusconi (irmão do ex-primeiro ministro italiano), Willy Claes (ex-secretário geral da Otan), Toshio Yamaguchi (ex-ministro japonês), Thorstein Moland (ex-presidente do Banco Central da Noruega)...

⁶⁴ Uma excelente análise desse processo encontra-se em D. Losurdo, *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/S. Paulo, UFRJ/UNESP, 2004.

é sobre os Estados nacionais periféricos que ele incide com mais força, restringindo e erodindo as suas soberania e autonomia.

A alusão a essas questões – que dificilmente se encontram postas nos debates correntes – parece-me absolutamente fundamental para compreender os limites estruturais das políticas contemporâneas de combate à pobreza e de redução das desigualdades.

Ações minimalistas em face da “questão social” maximizada

A permanência da pobreza e das desigualdades no quadro das nossas sociedades – ou, mais exatamente, nas formações econômico-sociais capitalistas – não resulta da ausência de boa vontade e de esforços ou da fragilidade dos meios técnicos para uma melhor instrumentalização das políticas sociais a ela referidas. *Pobreza relativa e desigualdades são constitutivos insuperáveis da ordem do capital* – o que pode variar são seus níveis e padrões, e esta variação não deve ser subestimada quando estão em jogo questões que afetam a vida de bilhões de seres humanos. Mas as políticas hoje implementadas para o enfrentamento da pobreza estão longe de afetar positivamente aqueles níveis e padrões.

Se, de fato, o combate às desigualdades não faz parte do conjunto prático-ideológico do neoliberalismo, é seu elemento constitutivo um elenco de programas sociais voltados ao enfrentamento da pobreza. No plano dos princípios, tais programas até podem contemplar uma proposição que certa socialdemocracia tardia vem incorporando como progressista: a do *rendimento mínimo garantido*, compatível com a tese do *imposto negativo*, formulada inclusive por um vulgarizador como Milton Friedmann⁶⁵ entretanto, os seus defensores mais informados sabem que o rendimento mínimo não é política e economicamente viável em larga escala⁶⁶. Mas há um elenco neoliberal de programas voltados para a pobreza, todo ele caracterizado pelos seguintes traços:

- a desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza opera-se como uma política específica;

- à desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às *organizações não-governamentais* e ao chamado *terceiro setor*;⁶⁷

⁶⁵ É, inegável, porém, que há propostas de “renda mínima” que procuram exceder as formulações neoliberais – cf. M. O. Silva e Silva, *Renda mínima e estruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1997; cf. também A. Sposati (org.) *Renda mínima e crise mundial. Saída ou agravamento?*. São Paulo: Cortez, 1997.

⁶⁶ Mesmo fazendo a curiosa afirmação segundo a qual a “renda básica garantida” é uma “arma potencialmente sempre mais contundente para a superação do capitalismo” [sic], A. Gorz reconhece que ela “não se deixa colocar em prática, nem política nem financeiramente. Uma renda básica universal suficiente não é hoje possível justamente porque as grandes indústrias, que administram os principais lucros, praticamente não pagam impostos – e, quando os pagam, é porque, na maioria das vezes, eles são baixos” (entrevista a L. Wacquant, *Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002., pp. 182-183).

⁶⁷ Mesmo que não se possa homogeneizar o complexo e diferenciado campo das ONGs, seu papel político problemático foi posto de manifesto, na América Latina – especificamente, na Bolívia – por J. Petras e S. Arellano-López (cf. J. Petras, *Neoliberalismo...*, ed. cit., parte I, cap. 3); uma competente análise da compatibilidade do *terceiro setor* com as políticas neoliberais se encontra em C. Montaño, *Terceiro setor e questão social* (São Paulo: Cortez, 2002).

- desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade;

- a política voltada para a pobreza é prioritariamente *emergencial, focalizada* e, no geral, reduzida à *dimensão assistencial*.

Estes traços estão conectados a um pressuposto de maior alcance: operados no marco dos planos de “ajuste” a que já fiz referência, os programas de combate à pobreza são conduzidos a partir da tese segundo a qual, alcançados os resultados do “ajuste”, o primeiro dos quais é a *estabilidade econômico-financeira*, seguir-se-ão o *crescimento econômico* e uma “natural” *redistribuição* da renda. O caráter inteiramente fantasioso dessa fictícia “evolução” não tem perturbado os seus defensores.

Duas outras notas significativas deste gênero de combate à pobreza devem ser salientadas. A primeira diz respeito à sua já mencionada redução à dimensão assistencial – e, num continente onde os famintos se contam aos milhões, compreende-se que o assistencialismo se opere preferencialmente no âmbito da assistência alimentar. Estes programas, quando massivos, são passíveis de incorporação em práticas políticas clientelistas e podem tornar-se poderosos instrumentos de manipulação política. A segunda refere-se ao fundamento mobilizador da ação assistencial: numa época de redução de direitos, a legitimação do combate à pobreza é deslocada para o suporte da *solidariedade* - obviamente, uma solidariedade genérica e transclassista, que aparece como a contraface necessária de uma ideologia que se assenta no individualismo possessivo e na competitividade generalizada.

Enfim, tem sido freqüente o apelo às chamadas *parcerias*, mediante as quais segmentos empresariais também se envolvem em ações assistencialistas, contribuindo financeiramente (e, com isso, beneficiando-se de isenções fiscais significativas) em programas focalizados de “promoção social”. Aqui entra em cena mais um produto tipicamente ideológico, o da “empresa cidadã” – e assiste-se, por exemplo, ao constrangedor espetáculo de grandes monopólios da indústria do tabaco operando como “parceiros” de programas de assistência à infância.

Tudo isto posto, e considerando que a orientação macroeconômica dos planos de ajuste deixa pouquíssima margem para investimentos em infra-estrutura de saneamento, em equipamentos coletivos de saúde e em gastos sociais, o que se tem na América Latina neoliberal são *ações minimalistas* para enfrentar uma “*questão social*” *maximizada*. Eis por que o impacto dessas ações tem sido pouco efetivo, como está demonstrado mesmo para aqueles programas mais ambiciosos.⁶⁸ E quando essas ações minimalistas não evitam – como não podem mesmo evitar – a redução da pobreza, com o crescimento cada vez maior de pobres que ameaçam a boa ordem e deslizam para além das instituições, então o recurso ao endurecimento

⁶⁸ Para a avaliação dos “programas de solidariedade” mexicano e brasileiro, cf. Soares, *ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*, ed. cit., e também A. C. Laurell (org.), *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez/CEDEC, 1995, e L. Lavinás e E. H. García, *Programas sociais de combate à fome: o legado dos anos de estabilização econômica*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

⁶⁷ Está claro que o endurecimento “legal” e as “políticas de tolerância zero” são formas de administrar a miséria, como se constata nos países centrais – cf. L. Wacquant, *Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

legal parece inevitável: o assistencialismo conjuga-se e completa-se com a repressão policial.⁶⁹

Cenários possíveis e o desafio central: a ordem social contemporânea

A quadra que estamos vivendo e que se abriu em meados dos anos 70 do século passado marca um *estágio claramente regressivo na história social recente*.

Alguém poderia observar que, apesar da regressividade atual (ou precisamente por causa dela), poucas épocas históricas registraram tantas demandas de direitos. Porém, se cresceu a consciência acerca de *novos direitos, de direitos de terceira geração*, mesmo aqueles que os reconhecem teoricamente têm clareza de que nem mesmo os *velhos direitos* desfrutam de condições reais de vigência – o problema contemporâneo não é o de *fundamentar* direitos, mas o de *garanti-los* (Cf. BOBBIO, 1990).

Este não é um tempo para alimentar fáceis otimismo – um dos maiores historiadores do século XX, conhecido pela sua esperança no futuro, escreveu que “o século XXI começa com crepúsculo e obscuridade” (HOBSBAWM, 2002, p. 448).

Na abertura desta comunicação, mencionei, aliás remetendo-me ao historiador que acabo de citar, as três dramáticas dimensões em que se expressa mais imediatamente a essência da quadra em que nos inserimos.

Em primeiro lugar, o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre e, dentro do mundo rico, entre os seus ricos e os seus pobres. Por tudo o que argumentei, está claro que a ordem social contemporânea não dispõe, conservada a sua estrutura atual, de qualquer potencialidade para reduzir aquelas distâncias, seja em escala mundial, seja em escala nacional.

Em segundo lugar, a ascensão do racismo e da xenofobia. Ora, assiste-se “a um incrível crescimento de movimentos e de confrontos nacionalistas, em que se misturam reivindicações territoriais e conflitos religiosos, impulsos de xenofobia e ondas identitárias” (LÖWY, 2000, p. 7), vicejam nos Estados Unidos o obscurantismo religioso e o moralismo obtuso (a que corresponde, naturalmente, uma profunda corrupção da vida pública e privada)⁷⁰ e crescem, na Europa Unida, bandos racistas e ganham força movimentos e partidos de inspiração fascista ou nazista – o sucesso eleitoral de um Le Pen, na França, não é índice desprezível. Aos alvos “tradicionais” da xenofobia europeia – o árabe, o turco, o negro – somam-se outros: os imigrantes do ex-bloco socialista. Na medida em que, além de componentes estritamente culturais, a xenofobia resulta da “crise econômica, [d]o desemprego e [d]a degradação das condições de vida nos bairros populares” (LÖWY, op. cit., p. 106), não há hipótese de revertê-la a curto prazo.

Enfim, a crise ecológica⁷¹ – sem qualquer concessão a ambientalismos românticos – é hoje uma possibilidade concreta, que está a desenhar-se como provável a médio prazo (o caso dos recursos hídricos e das fontes de combustíveis fósseis é

⁷⁰ Cf. as observações sobre a sociedade civil norte-americana dos dias correntes, de Harvey (*O novo imperialismo*, ed. cit.); cf. ainda M. Verea C. E Silvia Núñez G. (orgs.), *El conservadurismo en Estados Unidos y Canadá. Tendências y perspectivas hacia el fin del milenio*. México, UNAM/CISAN, 1997.

⁷¹ Não posso deixar de assinalar, aqui, uma questão importante: Marx foi com frequência criticado por pretensamente não ter uma “consciência ecológica”. Uma cabal refutação a essa crítica comparece em J. B. Foster, *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. New York, Monthly Review Press, 2000.

apenas a ponta do *iceberg*). Mas a alternativa do chamado “desenvolvimento sustentável” é incompatível com o capitalismo: como escreveu um especialista, “é uma ilusão acreditar que um desenvolvimento sustentável seja alcançável no interior dos mecanismos de funcionamento do mercado” (STABEL, in CAVALCANTI (org.) 1995, p. 111).

Indo diretamente ao cerne da questão: *para nenhuma dessas dramáticas dimensões a ordem social contemporânea oferece indicações de possuir respostas democráticas, progressistas e humanistas*. Em face da *nova oligarquia* das megacorporações transnacionais, os institutos democráticos convencionais mostram-se impotentes – governos e Estados são instrumentalizados para os seus fins estratégicos. Planetarizado e mundializado, o capital escapa aos controles e às regulações políticas a que, nas *três décadas gloriosas* do *Welfare*, pareceu submisso. Na verdade, nas atuais condições – socialmente regressivas, culturalmente deletérias e politicamente excludentes – eventuais alternativas democráticas, progressistas e humanistas só seriam pensáveis mediante um *planejamento* e um *controle sociais racionais*; porém, “o capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente são radicalmente incompatíveis” (MÉSZÁROS, 1987, p. 31). Daí, inclusive, a magnitude da crise contemporânea:

“a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade” (Id., *ibid.*, p. 42).

Por outra parte, acresce-se àquelas três dimensões a perda do dinamismo econômico: como assinalai, no marco da *onda longa recessiva*, o crescimento econômico está aquém não só das necessidades sociais reprimidas, mas ainda do altíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas, potenciado por um espantoso salto científico e tecnológico.

A quadra histórica contemporânea tem seus traços regressivos ainda mais acentuados na escala em que a alternativa socialista viu-se duplamente comprometida a partir dos anos 70 – de um lado, o movimento comunista permanece ainda sob os escombros da *queda do Muro* e do colapso da União Soviética; de outro, o chamado “socialismo democrático” capitulou vergonhosamente em face do capital, com a socialdemocracia hoje plenamente identificada, do ponto de vista programático, com a gestão neoliberal do capitalismo.

Não há, portanto, razão para nenhum otimismo nos dias correntes. Os cenários que se podem projetar são de tal modo sombrios que a noção de futuro parece inteiramente hipotecada ao *hic et nunc*: o futuro seria uma simples reprodução ampliada do presente. Ou seja: para evocar F. Fukuyama, ter-se-ia chegado ao fim da história. Donde, aliás, o caráter leniente, ou cinicamente cúmplice, de boa parte da chamada *cultura pós-moderna*.

Num exercício prospectivo, este é mesmo um primeiro cenário. As brutais assimetrias econômico-sociais ficariam como que congeladas e as atuais linhas de clivagem da sociedade contemporânea conservar-se-iam substantivamente. A as-

sistência aos extremamente pobres permaneceria como função estatal residual, e para aqueles situados pouco acima de linha de pobreza viria o socorro durkheimiano da solidariedade, vinculando a filantropia privada (religiosa, empresarial) – mediante a ação de organizações não-governamentais e, ainda, do voluntariado – a projetos de combate à chamada “exclusão social”; o apelo ao *direito* – uma vez já recortados os *direitos* - reiteraria a retórica da cidadania. Nada mais desesperador que esta prospecção: aqui, a dinâmica do capital seria deixada a si mesma – e, sabe-se que, “entregue a si próprio, o capitalismo não transita para nada senão para mais capitalismo” (Sousa Santos, ed. cit., p. 243).

Um segundo cenário possível é configurado pela eventualidade de um novo surto efetivamente *reformista* na sociedade contemporânea. Ainda que a ordem do capital – e já o sublinhei acima – mostre-se cada vez menos reformável, não se pode descartar aprioristicamente esta possibilidade. Mas ela depende, acima de tudo, da ultrapassagem da *onda longa recessiva* e não há indicações de que isso venha acontecer. Em ocorrendo tal ultrapassagem, e organizando-se em larga escala os esforços políticos e práticos dos segmentos sociais que se propõem a articular a *universalização da cidadania com estruturas sociais classistas*, é possível a constituição de um novo “contrato social” que enfrente as expressões mais bárbaras de pobreza com políticas que transcendam limites puramente compensatórios. No fundo, este é o sonho socialdemocrata de um “capitalismo regulado” – mas, se a sua probabilidade (não a sua possibilidade) me parece reduzida, uma coisa é clara: sua arquitetura pouco terá em comum com os anteriores modelos de *Welfare*. De qualquer forma, um tal cenário, se concretizado, abriria perspectivas que não existem na prospecção precedente.

A terceira possibilidade é a da ruptura com a ordem contemporânea – vale dizer: *a ruptura com o capitalismo*, com a sociedade fundada na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e seu correlato compulsório, a exploração do trabalho. Objetivamente possível e necessária, seja em função do desenvolvimento das forças produtivas materiais e humanas, seja em razão do risco iminente da plena barbarização da vida social, ela não está claramente desenhada no horizonte. O *grande som da história* a que se referia o poeta não parece audível nesta quadra. Isto não significa que se deva descartá-la. O melhor da consciência genérico-humana já reconheceu a sua urgência e a sua viabilidade – lembrem-se as palavras de Albert Einstein, mais atuais que nunca:

“A anarquia econômica da sociedade capitalista, como existe atualmente, é, na minha opinião, a verdadeira origem do mal. [...] O capital privado tende a concentrar-se em poucas mãos. O resultado [...] é uma oligarquia de capital privado cujo enorme poder não pode ser eficazmente controlado mesmo por uma sociedade política democraticamente organizada. [...] Estou convencido de que só há uma forma de eliminar estes sérios males, nomeadamente através da constituição de uma economia socialista [...]. Nesta economia, os meios de produção são detidos pela própria sociedade e são utilizados

de forma planejada. Uma economia planejada, que adaptasse a produção às necessidades da comunidade, distribuiria o trabalho a ser feito entre aqueles que podem trabalhar e garantiria o sustento a todos os homens, mulheres e crianças [...].⁷²

É esta consciência humano-genérica, aliás, que tem barrado, mesmo nesta quadra regressiva da história, o caminho da inteira barbárie. A ordem social contemporânea – que constitui, em essência, o verdadeiro desafio do tempo presente – resultou de um processo de lutas, conflitos, contradições. O neoliberalismo e a restauração do capital, na seqüência dos últimos trinta anos, não triunfaram sem confrontos e sem enfrentar resistências - e nada indica que, pouco perceptíveis por agora, as forças a eles contrárias tenham sido definitivamente vencidas ou estejam desaparecidas. *Supor um capitalismo sem classes e sem lutas de classes é negar todo o conhecimento teórico-histórico acumulado e toda experiência histórica registrada.* As resistências que foram neutralizadas nos últimos trinta anos não estão liquidadas – permanecem latentes e, nutridas pelo caráter antidemocrático, restaurador e lesivo à humanidade, assumido pela ordem social contemporânea, reingressarão na cena histórica, certamente sob formas que ainda não se vislumbram, mas reingressarão pela força das novas contradições.

Não é a primeira vez, aliás, que a humanidade se encontra no limite da barbárie. E não será a primeira vez que, para a surpresa de muitos, ela se recusará a caminhar bovinamente para o matadouro. Não nos desesperemos com a quadra regressiva em que vivemos. Ninguém melhor que Antonio Gramsci compreendeu que, por vezes, a humanidade parece perder-se entre fenômenos mórbidos – mas isto é apenas um tempo passageiro, uma crise que traz em seu bojo os germes do futuro; como ele afirmou, esta crise

“consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2000, vol. 3, p. 184).

O velho, a ordem social contemporânea, está morrendo; mas a ordem do futuro ainda não pode nascer. Esta é a quadra histórica atual, e sabemos bem dos seus fenômenos a que Gramsci chamaria patológicos. E se o tempo parece de desesperança, não nos esqueçamos – como W. Benjamin advertiu – que a esperança só nos é dada em nome dos desesperados.

Os desafios profissionais do Serviço Social

Na quadra histórica que nos toca viver e no marco das condições do capitalismo contemporâneo – crescimento reduzido, agravamento da pobreza e

⁷² Einstein escreveu esse texto (que se encontra acessível em <http://www.monthlyreview.org/598eisnt.htm>.) para o número inaugural do periódico norte-americano Monthly Review, publicado em maio de 1949 – a revista, editada em Nova York e dirigida inicialmente por Paul M. Sweezy e Leo Huberman, continua a circular até hoje.

acentuação da desigualdade –, uma pergunta essencial consiste em indagar sobre os desafios profissionais do Serviço Social.

Minha resposta é simultaneamente uma negação e uma afirmação.

Eis a negação: tais desafios *não se situam no âmbito de técnicas ou procedimentos interventivos* – vale dizer, *não se inserem no circuito instrumental*. Sem negar a existência de problemas e/ou impasses na implementação de processos operativos, estou convencido de que o exercício profissional, em face de uma *questão social* exponenciada pela pobreza e pela desigualdade que não estão sendo e não serão solucionadas por uma eventual retomada do crescimento, estou convencido – dizia – de que a problemática profissional situa-se noutra âmbito.

Eis a afirmação: entendo que os desafios profissionais do Serviço Social *inscrevem-se no âmbito da compreensão do significado social da sua intervenção*, e este significado só é inteligível se se *elucidarem as condições em que as relações sociais se processam (vale dizer: produzem-se e reproduzem-se) na sociedade contemporânea*.

Entendamo-nos para evitar quaisquer mal-entendidos: a compreensão do significado social da ação profissional não soluciona o campo problemático das técnicas e dos instrumentos de intervenção. Ela tão-somente estabelece o espaço em que tal solução pode ser procurada. Igualmente, ela permite superar alguns dos mais enraizados equívocos que têm marcado o exercício profissional.

Permito-me retomar um deles, para exemplificar de modo direto. Nas correntes do Serviço Social latino-americano comprometidas com o avanço de alternativas democráticas e populares, freqüentemente confundiu-se a necessária consciência cívico-política com o *militantismo* e, em não poucos casos, com a *partidarização* – donde, muitas vezes, a emergência de um perfil profissional que Marilda Yamamoto designou adequadamente de “messiânico”, por antítese ao perfil profissional “fatalista”.⁷³ A confusão (ou, no limite, a identificação) entre militância profissional e militância política⁷³ ou, mais grosseiramente, entre Serviço Social e pedagogia política⁷³ só pode ser criticada e superada se se conduz a discussão para o plano do significado social da profissão. É apenas a partir da clareza da determinação do estatuto do Serviço Social na *divisão sócio-técnica do trabalho* e da condição do assistente social como *profissional assalariado* que se pode demonstrar com rigor a falácia e o equívoco de subsumir o exercício profissional a exigências de natureza político-partidária.

Retorno à minha argumentação: somente a compreensão do significado social da profissão, hipotecado à compreensão da dinâmica econômico-social contemporânea, pode abrir à via a resolução de problemáticas inerentes e próprias à ação profissional. Vejamos isso melhor, partindo da suposição⁷³ que espero seja fundada⁷³ segundo a qual, no heterogêneo conjunto profissional em que nos constituímos, existe um consenso em torno da pobreza, consenso conforme o qual ela deve ser amenizada e reduzida. Dependendo, porém, de como o *problema da pobreza* seja compreendido, em sua gênese e em seu movimento, o seu trato pro-

⁷³ Cf. M. V. Yamamoto, *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos*. S. Paulo, Cortez, 1992, parte III.

fissional haverá de variar e não de variar os procedimentos para interferir nos grupos humanos por ele afetados. Se é verdade que o profissional sempre se deparará com *pobres*, não menos verdade é que esses *pobres* só adquirirão um sentido que transcende a sua pura fenomenalidade se o profissional possuir e souber manejar categorias heurísticas capazes de qualificar teórica e socialmente a *pobreza*.⁷⁴ Só então há de se colocar, concretamente, o problema dos instrumentos e das estratégias de intervenção; e eles não serão os mesmos para um profissional que compreende a pobreza como *natural* e *insuprimível* e para outro, que a apreende como uma resultante necessária da *exploração*.

É também a dupla compreensão a que estou me referindo – a do significado social da profissão e a da dinâmica do capitalismo contemporâneo – que permite ao profissional reconhecer os *limites* e as *possibilidades* da intervenção do Serviço Social. Mais: permite-lhe saber que limites e possibilidades estão inextricavelmente ligados e que os limites, desde que explicitados, não invalidam ou deslegitimam a ação profissional. Em minha exposição, eu disse textualmente:

Pobreza relativa e desigualdades são constitutivos insuperáveis da ordem do capital – o que pode variar são seus níveis e padrões, e esta variação não deve ser subestimada quando estão em jogo questões que afetam a vida de bilhões de seres humanos (cf. supra, p. 41).

O limite parece claro: nenhuma ação profissional (e não só dos assistentes sociais) suprimirá a pobreza e a desigualdade na ordem do capital. Mas seus níveis e padrões podem variar, e esta variação é absolutamente significativa – *e sobre ela pode incidir a ação profissional, incidência que porta as possibilidades da intervenção que justifica e legitima o Serviço Social*. O conhecimento desses limites e dessas possibilidades fornece a base para ultrapassar o *messianismo*, que pretende atribuir à profissão poderes redentores, e o *fatalismo*, que a condena ao burocratismo formalista.

Quer-me parecer que essas considerações esclarecem por que o essencial da minha argumentação não teve por centro o Serviço Social, mas, ao contrário, por que o Serviço Social comparece nos seus momentos conclusivos. Mas estou convencido de que esta é a mais adequada aproximação ao Serviço Social, porque rompe com a tradição endogenista que por longo tempo enviesou a nossa análise da profissão; não se pode, a meu juízo, compreender o Serviço Social a partir de si mesmo (Cf. MONTAÑO, 1998).

Comprova-o, aliás, a institucionalização do Serviço Social, tanto na Europa Ocidental quanto na América do Norte: sua institucionalização e legitimação tiveram como condição o *reconhecimento de direitos sociais* – e tanto maior foi o âmbito desse reconhecimento, mais se ampliou o espaço profissional, a ponto de alguns identificarem o desenvolvimento da profissão com o desenvolvimento das políticas de *Welfare*. E, de algum modo, comprova-o também a evolução profissional em boa parte da América Latina: igualmente, mesmo à falta de Estados de Bem-Estar Social (quando muito, tivemos uns poucos arremedos de *Welfare*), só nos afirmamos

⁷⁴ Atrevo-me a imaginar que mesmo um querido companheiro, bastante crítico em face das minhas concepções, como Vicente de Paula Faleiros, concordaria com esta proposição. Cf. V. P. Faleiros, *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.

profissionalmente à medida que se afirmaram entre nós, no plano jurídico-político, alguns direitos sociais.

Por outra parte, é à dupla compreensão a que venho me referindo que se pode creditar a modificação do nosso estatuto profissional. Um *agente técnico* está habilitado a exercer as funções de *executor terminal de políticas sociais* - e durante largas décadas nós nos constituímos em um corpo de agentes técnicos. A formação acadêmica em grau universitário e superior cria quadros profissionais que, *para além da necessária habilitação técnica*, estão qualificados para *projetar, executar e avaliar políticas sociais*. Precisamente estes quadros, com sólida formação teórica e preparação para a investigação e a pesquisa, tornam o Serviço Social uma profissão que não é mais o *patinho feio* das Ciências Sociais e supera a subalternidade de práticas profissionais subsidiárias.

É hora de concluir esta intervenção, que já se alonga.

Se é correta a vinculação que estabeleço entre afirmação e ampliação de direitos sociais e institucionalização do Serviço Social, decorre dela que o desafio profissional central com que nos defrontamos é a própria ordem social contemporânea: ao exponenciar a *questão social* com revigorados dispositivos de produção e reprodução de pobreza e desigualdade, ela os processa mediante a redução e o recorte dos direitos sociais.

Mas também decorre a viabilidade de um exercício profissional que, sem ignorar seus limites, amplie suas possibilidades, articulando sua intervenção com o movimento de outras categorias profissionais e sintonizando suas ações com as forças sociais que operam na sociedade (e, por vezes, no interior do Estado) para reverter as políticas e as estratégias que conduzem à barbarização da vida social.

Estou convencido de que esta reversão é possível, embora pouco provável no curto prazo. Mas ela é possível e provável no médio prazo se não deixarmos para amanhã o que pode ser feito hoje. Quanto ao longo prazo, eu poderia invocar Lord Keynes, a quem me referi há pouco: atribui-se a ele a frase irritada de que, “a longo prazo, todos estaremos mortos”.

Contudo, também aqui não penso como Keynes – antes, prefiro a companhia de meu mestre G. Lukács, que, ao cabo de uma vida de lutas e derrotas, insistia em ser, a longo prazo, um otimista.

BIBLIOGRAFIA

- ALAYÓN, N. (org.). *A 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- AMIN, S. e HOUTART, F. *Mundialização das resistências: o estado das lutas em 2003*. S. Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Más allá del capitalismo senil*. Paidós: Buenos Aires, 2003.
- ANTUNES R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997 e, ainda
- ATKINSON, T. “La pauvreté et l’exclusion sociale en Europe”, in *Conseil d’Analyse Économique, Pauvreté et exclusion*. Paris, La Documentation Française, 1998.
- Banco Mundial, *World Development Report 1990. Poverty*. Washington, Banco Mundial, 1990.

- BATISTA, P. N. *O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BOBBIO, N. *L'età dei diritti*. Torino: Einaudi, 1990.
- BORON, A. A. *Império & Imperialismo*. Buenos Aires, Clacso, 2002.
- Brasil de Fato*, São Paulo, março de 2006, ano 4, nº 160.
- BRUNHOFF, S. *A hora do mercado*. São Paulo: UNESP, 1991.
- CASTEL R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. WANDERLEY, L. E. e BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CALLINICOS, A. *A vingança da história. O marxismo e as revoluções do Leste europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CHOSSUDOWSKY, M. *A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- CRESS/7ª Região, *Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções*. Rio de Janeiro, CRESS/7ª. Região-RJ, 2005.
- DREIFUSS, R. A. *A época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.
- ESTEASSORO, L. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. Tese de doutoramento. São Paulo, Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, 2003.
- Eurostat, *Task force meeting on social exclusion and poverty*. Doc. E2/TFSEP/1/98, Doc. E2/TFSEP/4/98 e Doc. E2/TFSEP/3/98. Luxembourg, Commission Européenne, 1998.
- FALEIROS, V.P. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FITOUSSI, J. - P. e ROSNVALLON, P. *Le nouvel age des inégalités*. Paris: Seuil, 1996.
- Folha Online*, 18/01/2005.
- FOSTER, J. B. *Marx's ecology: materialism and nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3.
- Grupo de Lisboa, *Limites à competição*. Lisboa: Europa-América, 1994.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- HARRINGTON, M., *The other América. Poverty in the United States*. New York: Penguin, 1981.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOBSBAWM, E. J. in BLACKBUM, R. (org.) *Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- HUSSON, M. *Miséria do capital*. Lisboa: Terramar, 1999.
- IAMAMOTO, M.V. e CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.
- KOSLOV, G. (dir.) *Curso de economia política*. Lisboa: Avante! 1981, vol. 1.
- KUCZYNSKI, B. e BRANFORD, S. *A ditadura da dívida*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Depois do consenso de Washington: crescimento e reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2003.

- LAURELL, A. C. (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez/CEDEC, 1995.
- LAVINAS, L. e GARCIA, E. H. *Programas sociais de combate à fome: o legado dos anos de estabilização econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- LESBAUPIN, I. e MINEIRO, A. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, L. "Una parte de la historia del Trabajo Social", in *Nuevos Cuadernos CELATS*. Lima, Celats, nº 2, 1979.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, UFRJ/UNESP, 2004.
- LÖWY, M. *Nacionalismos e internacionalismos da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MANDEL, E. *Traité d'économie marxiste*. Paris, UGE, vol. 3, 1969.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril, 1982.
- _____. *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: UNESP/Ensaio, 1990.
- MARTIN, P. e SCHUMANN, H. *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*. Lisboa: Terramar, 1998.
- MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Abril, vol. 1, tomo 2, 1984.
- MÉDA, D. *O trabalho. Um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- MELLO A. F. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MÉSZÁROS, I. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. *Beyond Capital. Towards a theory of transition*. London, Merlin Press, 1995.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MISHRA, R. *Society and social policy: theories and practice of Welfare*. London, MacMillan, 1981.
- _____. *O Estado-providência na sociedade capitalista*. Oeiras: Celta, 1995.
- MONTAÑO, C. *La naturaleza del Servicio Social*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Terceiro setor e questão social*, São Paulo: Cortez, 2002
- NETTO, J. P., *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001
- _____. "La construcción del proyecto ético-político del Servicio Social frente a la crisis contemporánea", in E. Borgianni, Y. Guerra e C. Montaña (orgs.). *Servicio Social Crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. e BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. Biblioteca básica de Serviço Social, São Paulo: Cortez, 2006.
- NIKITIN, P. *Economía política*. Moscú, Ed. Lenguas Extranjeras, s.d.
- NUNES, A. J. Avelãs *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*. Coimbra, Separata do Boletim de Ciências Econômicas da Universidade de Coimbra, 1991.
- PASSET, R. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, FURB, 1999.
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997*. Lisboa: Trinova, 1997.
- PNUD, *Human Development Report 2001*. New York: Oxford University Press, 2001.
- PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2005.

- POCHMAM, M. CAMPOS, A., BARBOSA, A., AMORIM, R. e SILVA, R. (orgs.). *Atlas da exclusão social. Volume 3. Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. e ALDRIN, R. (orgs.), *Atlas da exclusão social. Volume 4. A exclusão no mundo*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PRZEWORSKY, A. *Capitalism and social democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 198 .
- Revista *Você S/A*. São Paulo: Abril, outubro de 2005.
- ROSANVALLON, P. *La crise de l'État Providence*. Paris: Seuil, 1981.
- _____. *La nouvelle question sociale*. Paris: Seuil, 1995.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SALAMA, P. e DESTREMAU, B. *O tamanho da pobreza. Economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- SANTOS, B. Sousa *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, M. O. Silva e *Renda mínima e estruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1997. Site: www.iee.com/publications/papers/williamson0803.pdf.
- SOARES, L. T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: EEA/UFRJ, 1999.
- _____. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SPOSATI, A. (org.) *Renda mínima e crise mundial. Saída ou agravamento?* São Paulo: Cortez, 1997.
- STAHEL, A.W. in CAVALCANTI, C.(org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo/Recife, Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- VEREA, M. SILVIA NUÑEZ, G. (orgs.). *El conservadurismo en Estados Unidos y Canadá. Tendências y perspectivas hacia el fin del milenio*. México: UNAM/CISAN, 1997.
- VILLARREAL, R. *A contra-revolução monetarista. Teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, s.d
- WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.